

RELATÓRIO E CONTAS 2000

Abril de 2001

ÍNDICE

<u>MENSAGEM DO PRESIDENTE</u>	1
<u>ENQUADRAMENTO EMPRESARIAL</u>	5
MACROESTRUTURA	5
CORPOS SOCIAIS E QUADROS DIRIGENTES	7
REORGANIZAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO	10
ENQUADRAMENTO ECONÓMICO E ENERGÉTICO	11
CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	18
PROCURA DE ELECTRICIDADE	20
<u>ACTIVIDADE COMERCIAL</u>	22
POLÍTICA COMERCIAL	22
BASE DE CLIENTES	23
COMPRA E VENDA DE ENERGIA	24
FACTURAÇÃO E COBRANÇA	30
DÍVIDAS DE CLIENTES	31
<u>REDE ELÉCTRICA</u>	32
DESENVOLVIMENTO DA REDE	32
INDICADORES DE UTILIZAÇÃO	34
QUALIDADE DE SERVIÇO	35
UTILIZADORES DE REDE	36
PROJECTO E CONSTRUÇÃO	36
MANUTENÇÃO	38
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO TÉCNICA	38
AMBIENTE	39
<u>RECURSOS HUMANOS</u>	41
QUADRO DE PESSOAL	41
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	42
PREVENÇÃO E SEGURANÇA	43
<u>EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA</u>	44
BALANÇO	44
CUSTOS E PROVEITOS	45
RESULTADOS	46

INVESTIMENTO	46
CONSERVAÇÃO	48
FINANCIAMENTO	48
PRINCIPAIS INDICADORES	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
PERSPECTIVAS PARA 2001	52
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	52
NOTA FINAL	53
ANEXOS	54
ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO	54
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	54
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	54
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2000	54
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	54
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES	54
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	54
DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO	54
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	54
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	54
PARECER DO AUDITOR AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	54
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	54
ANEXO ESTATÍSTICO	54
PRINCIPAIS ELEMENTOS ESTATÍSTICOS	54
BALANÇO DE ENERGIA ELÉCTRICA	54
NÚMERO DE CLIENTES E ENERGIA FORNECIDA DIRECTAMENTE AO CONSUMIDOR FINAL (SEP)	54
RESUMO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS EM SERVIÇO EM 31/12/2000	54
RESUMO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS CONCLUÍDOS EM 31/12/2000	54

Mensagem do Presidente

O ano de 2000 foi o ano da constituição da EDP Distribuição – Energia, S.A. a partir da fusão das quatro ex-empresas de distribuição, cujo processo permitiu preparar a nova Empresa para os desafios da liberalização do sector eléctrico.

Para a concretização e consolidação deste objectivo, foi necessário um grande esforço de mobilização, envolvimento e participação por parte de todos os trabalhadores da Empresa.

A nova estrutura organizativa, que contemplou a criação de três grandes Áreas de Negócio – Comercial, Gestão de Redes e Serviços de Redes – e de Áreas de Apoio ao Conselho de Administração e de Suporte, é também reflexo de imposições que o Regulamento Tarifário contém: a separação de contas das actividades de distribuição e comercialização de energia eléctrica. Neste contexto, o estabelecimento de Acordos de Prestação de Serviços entre as áreas de negócio da empresa foi de primordial importância.

Na sequência da alteração à legislação sobre o sector eléctrico, em Agosto de 2000, foi atribuída pela ERSE a Licença de Distribuição Vinculada de Energia Eléctrica em Média e Alta Tensão à EDP Distribuição-Energia, S.A.. Neste ano, foi concedido pela ERSE à EDP Distribuição o estatuto de Agente de Ofertas, tendo sido celebrado o Acordo de Acesso e Operação das Redes com a REN. Foi também assinado o contrato de compra de energia à EDP Energia e celebrado o Contrato de Vinculação com a REN.

Foi já neste exercício que se começaram a sentir os efeitos do processo de liberalização do mercado de energia eléctrica, que se concretizaram na perda de 18 clientes que optaram por comprar energia no sistema não vinculado. Contudo, metade destes permaneceu no Grupo EDP.

O novo enquadramento do sector eléctrico, o processo de liberalização e a regulação a que as actividades de distribuição e comercialização de energia

eléctrica estão sujeitas condicionaram significativamente as actividades da empresa. A quebra nas tarifas imposta pela ERSE, que conduziu a uma redução de 1,2% no preço médio de venda aos clientes vinculados, teve como consequência um decréscimo de 41% nos resultados líquidos, que atingiram um montante de cerca de 31 milhões de contos.

Uma consequência do Regulamento de Relações Comerciais neste exercício de 2000 foi a devolução das cauções aos clientes de Baixa Tensão.

A publicação do Regulamento da Qualidade de Serviço, da responsabilidade da Direcção Geral de Energia, em 2000, veio estabelecer padrões mínimos de qualidade técnica e comercial a que o serviço prestado pelas empresas do sector público do sistema eléctrico deverá obedecer. Este regulamento entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2001, devendo a sua aplicação ser fiscalizada pela ERSE.

Em 2000 foi atingido um importante marco para a renovação de muitas das licenças de distribuição em Baixa Tensão, ao ser assinado um protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), em que se fixaram novos valores para as rendas a pagar às autarquias e acordado um novo contrato-tipo de concessão, que virá a ser a base das negociações de renovação dos contratos.

Foi decidido incentivar a participação da EDP Distribuição nas Agências Regionais de Energia, tendo sido aprovada a metodologia e a representação da Empresa.

No âmbito do Projecto Navegador, que visa a substituição de todos os sistemas corporativos por uma plataforma SAP, foram ultrapassadas importantes etapas durante este exercício, nos módulos de gestão de recursos humanos, gestão financeira, contabilidade e gestão de activos.

O projecto do novo sistema comercial ClienteMais, também em plataforma SAP, e que substituirá os sistemas de gestão comercial actualmente existentes na empresa, irá permitir uma relação mais simples e eficaz com os clientes. Este projecto teve grandes desenvolvimentos em 2000, prevendo-se a sua conclusão em 2001. A implementação deste novo sistema, base de toda a reorganização da Área Comercial, foi aproveitada para o levantamento e redesenho de processos.

Sendo o Cliente a razão de existir da Empresa, muitas das acções desenvolvidas durante o ano foram dirigidas no sentido da sua fidelização, através de uma melhoria da qualidade de serviço, quer técnica quer comercial. Neste âmbito foi implementada uma Rede de Pontos de Energia dirigida aos clientes residenciais e pequenas empresas, e foi criada uma nova figura, a de Gestor de Cliente, para acompanhamento de clientes empresariais, grandes clientes e autarquias.

Apesar dos esforços que foram desenvolvidos para a melhoria da qualidade técnica de serviço, verificou-se este ano uma deterioração devido ao grave incidente na rede de transporte ocorrido em Maio, com incidências nas redes de distribuição, e aos fortes e persistentes temporais que no final do ano assolaram o País e que originaram prejuízos graves em várias infraestruturas, em particular nas redes de distribuição.

No sentido de responsabilizar todos os colaboradores envolvidos na nova estrutura empresarial, foi lançado um Sistema de Objectivos e Incentivos de modo a incentivar a participação de todas as hierarquias na mudança organizativa e nos novos processos bem como o trabalho em equipa.

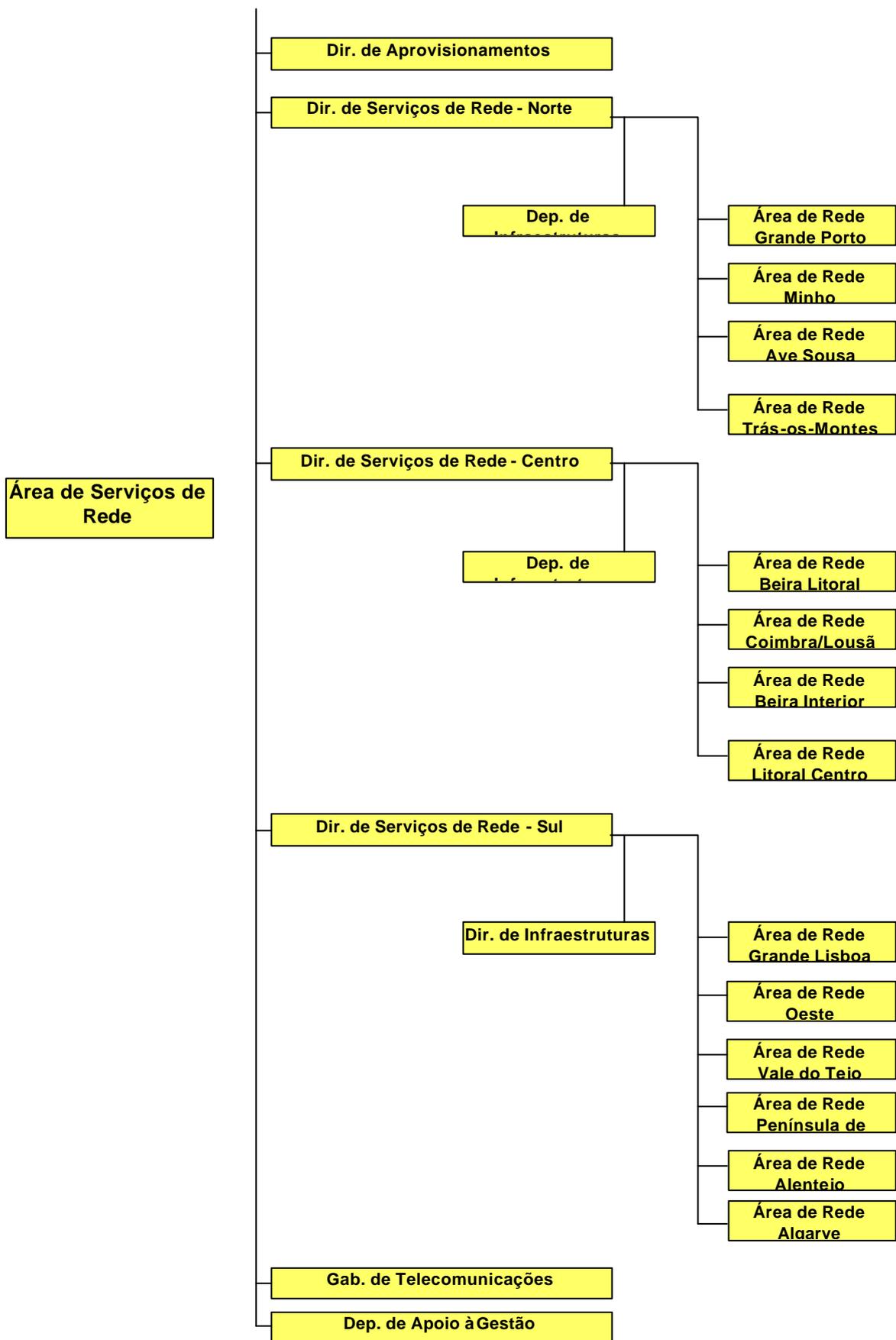
Procedeu-se, em 2000, ao reajuste dos efectivos às necessidades das áreas de negócio da empresa e implementaram-se acções para valorização dos recursos humanos e de sensibilização para a segurança no trabalho e para as questões ambientais.

O próximo exercício de 2001 deverá ser o ano de consolidação da EDP Distribuição-Energia, S.A. e de implementação das imposições do Regulamento da Qualidade de Serviço. É ainda o último ano do primeiro período de regulação, sendo, portanto, de especial importância a cuidada preparação do seguinte, aproveitando a experiência da sua aplicação em 1999 e 2000. Para 2001 a ERSE definiu um acréscimo tarifário de 1,2%, o que face ao significativo aumento dos custos de aquisição de energia, em consequência do forte aumento dos preços dos combustíveis e às necessidades de investimento e de manutenção na melhoria da qualidade de serviço, implicará um grande esforço de gestão no equilíbrio económico-financeiro da Empresa.

Enquadramento Empresarial

Macroestrutura





Corpos Sociais e Quadros Dirigentes

Mesa da Assembleia Geral

Eng.º Augusto Manuel Valente Vaz

Presidente

Dr. António José Marrachinho Soares

Secretário

Órgão de Fiscalização

ROC:

Efectivo : Bernardes, Sismeiro &

Associados - SROC

Suplente : Dr. Poças Esteves - ROC

Conselho de Administração

Eng.º Jorge Fernando Alves Ferreira

Guimarães

Presidente

Eng.º João José Gomes de Aguiar

Vice-Presidente

Eng.º António Eduardo da Silva Oliva

Vogal

Eng.º José Alberto Marcos da Silva

Vogal

Bach. José Celestino Oliveira Rocha

Vogal

Assessores

Eng.º Luís António Damásio Capoulas

Eng.º António Ribeiro dos Santos

Dr. Francisco J.C. Espirito Santo

Assessores do Conselho de

Administração

Área de Apoio ao CA

Gabinetes

Eng.º João Carlos Campos Guimarães –

Director

Dr.ª Júlia Mendonça Boucinha - Directora

Adjunta

Gabinete de Planeamento, Controlo e

Regulação

Eng.º Jorge Manuel Vaz Ventura - Director

Eng.º Carlos Silva Simão - Director Adjunto

Gabinete de Transformação e Inovação

Eng.º João Carlos Campos Guimarães -

Director

Eng.º Augusto António Craveiro da Silva -

Director Adjunto

Gabinete do Projecto do Sistema

Comercial

Dr. Eduino Guilherme Pires - Director

Gabinete de Auditoria

Eng.º António Alves Coelho - Director

Adjunto

Gabinete de Sistemas e Informática

Dr.ª Maria Antónia Fonseca - Sub-

Directora

Gabinete de Comunicação

Dr.ª Maria Virgínia Bastos Santos - Sub-

Directora

Gabinete Jurídico

Área de Gestão de Rede

Eng.º Francisco José Barroso Mira -
Director

Eng.º José T. Parente Ribeiro da Silva -
Director Adjunto

Direcção de Planeamento de Rede

Eng.º Angelo Manuel Sarmento - Director

Eng.º Carlos Alberto Abreu - Director
Adjunto

Eng.º Augusto Maia Alves - Director
Adjunto

Direcção de Despacho e Condução

Eng.º Jorge Manuel Moreira Martins -
Director Adjunto

Gabinete de Normalização e Tecnologia

Eng.º José Manuel Fernandes Camacho -
Sub-Director

*Departamento de Planeamento Económico
e Apoio à Gestão*

Eng.º António Manuel Alves Fonseca - Sub-
Director

Departamento de Sistemas Técnicos

Área Comercial

Eng.º Carlos Alberto Silva Loureiro -
Director

*Direcção de Gestão e Sistemas
Comerciais*

Eng.º Paulo Pinto de Almeida - Director

Dr. José Carlos Ribeiro - Director
Adjunto

Direcção de Marketing

Eng.º Fernando Pinto de Carvalho -
Director

*Direcção de Clientes Residenciais e
Pequenas Empresas*

Eng.º Paulo Pinto de Almeida - Director

Eng.º Joaquim Correia Teixeira - Director
Adjunto

Direcção de Clientes Empresariais

Eng.º Carlos Ferreira Botelho - Director

Direcção de Grandes Clientes e Autarquias

Eng.º Valdemar Taborda - Director
Gabinete de Compra de Energia

Área de Suporte

Eng.º José António Moreira Silva Neto -
Director

Dr.ª Isabel Ramires Ramos - Directora
Adjunta

Direcção de Recursos Humanos

Dr. José Manuel Basílio Chorão - Director
Direcção Administrativa e Financeira

Área de Serviços de Rede

Eng.º Rui Bravo Martins - Director

Eng.º Pedro Manuel Barros Moura -

Director Adjunto

Direcção de Aprovisionamentos

Eng.º António José Machado Vaz - Director

Direcção de Serviços de Rede-Norte

Eng.º António Manuel Marques de Sousa -

Director

Área de Rede Grande Porto

Eng.º Mário Cunha R. Guimarães - Director

Adjunto

Área de Rede Minho

Eng.º António B. Santos Ferreira - Director

Adjunto

Área de Rede Ave e Sousa

Eng.º José Marcelino Gonçalves - Director

Adjunto

Área de Rede Trás-os-Montes

Eng.º José António Vieira de Sousa -

Director Adjunto

Departamento de Infraestruturas Norte

Eng.º Fernando Leonel Ganso Barão -

Director

Direcção de Serviços de Rede-Centro

Eng.º José Carlos Bronze Ramos -

Director Adjunto

Área de Rede Beira Litoral

Eng.º António José Geraldo Taborda -

Director Adjunto

Área de Rede Coimbra/Lousã

Eng.º Manuel Henriques Pinto Mendes –

Director Adjunto

Área de Rede Beira Interior

Eng.º João António Garcia Mendes -

Director Adjunto

Área de Rede Litoral Centro

Eng.º Rui Fernando Loureiro Cruz -

Director Adjunto

Departamento de Infraestruturas Centro

Eng.º Manuel São Miguel Oliveira -

Director

Direcção de Serviços de Rede-Sul

Eng.º José Alberto Teixeira - Director

Direcção de Infraestruturas Sul

Eng.º António Manuel Aires Messias -

Director

Área de Rede Grande Lisboa

Eng.º Rui Manuel Oliveira Santos -

Director Adjunto

Área de Rede Oeste

Eng.º António Oliveira Chaleira - Director

Adjunto

Área de Rede Vale do Tejo

Eng.º António João Cunha Pinheiro -

Director Adjunto

Área de Rede Península de Setúbal

Eng.º João Carlos Nogueira dos Santos -

Director Adjunto

Área de Rede Alentejo

Eng.º Damião Martins Parente - Director

Adjunto

Área de Rede Algarve

Eng.º António Campos Cristino - Sub-

Director

Gabinete Telecomunicações

Dr. Eduardo Pinheiro - Sub-Director

Departamento de Apoio à Gestão

Reorganização da Distribuição

Do projecto reorganizativo, iniciado em Novembro de 1998, resultou, no fundamental, a fusão das quatro distribuidoras – EN, CENEL, LTE e SLE e a constituição da Empresa única EDP Distribuição-Energia, S.A., em Fevereiro de 2000.

Como objectivos principais do projecto tinham sido identificados os seguintes:

- Aumentar de forma significativa a eficiência da gestão do negócio da Distribuição;
- Aumentar a eficácia comercial no contexto da liberalização do sector;
- Garantir a liderança sustentada, de forma rentável, na qualidade de serviço prestado ao cliente.

Como características fundamentais da EDP Distribuição e da reestruturação entretanto ocorrida, salienta-se:

- Identificação da “Missão” e dos “Princípios de Gestão”, bem como do conjunto de valores que norteiam a sua actividade;
- Criação de três Áreas de Negócio: Comercial, Gestão da Rede e Serviços de Rede;
- Criação de uma Área de Suporte às Áreas de Negócio (Administrativa e Financeira e Recursos Humanos) e de uma Área de Apoio ao Conselho de Administração (Planeamento, Controlo e Regulação, Sistemas e Informática, Comunicação e Imagem, Jurídica, Auditoria e Transformação e Inovação).

Todas estas estruturas organizativas passaram a ter um modelo de gestão verticalizado, estendendo-se a sua acção a todo o território continental e assente em três pólos: Norte/Porto, Centro/Coimbra e Sul/Lisboa.

O relacionamento entre as Áreas de Negócio rege-se por “Acordos de Prestação de Serviços”, de tipo cliente-fornecedor interno.

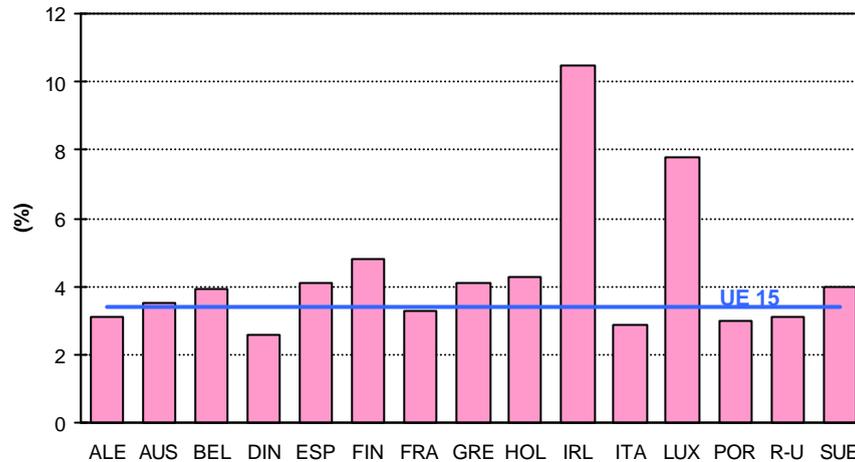
O novo modelo organizativo possui ainda outras características importantes para a actuação num mercado mais liberalizado:

- Segmentação da Área de Negócio Comercial por tipo de cliente (residenciais e pequenas empresas, empresariais e grandes clientes e autarquias), criando-se uma actividade de “Marketing” e a figura de “Gestor de Cliente”;
- Na Área de Negócio Gestão da Rede englobaram-se todos os recursos relativos à normalização e tecnologia, planeamento e controlo dos investimentos e da manutenção e despacho e condução das redes eléctricas;
- A Área de Negócio Serviços de Rede presta serviços de projecto, construção, manutenção, leituras e outros serviços às outras Áreas de Negócio, recorrendo a meios próprios ou externos, e tendo também a seu cargo a realização dos aprovisionamentos dos equipamentos e materiais, bem como a prestação de serviços de telecomunicações. No terreno, esta Área de Negócio ficou representada por catorze “Áreas de Rede” e por actividades de “Infraestruturas”, distribuídas pelos três pólos.

Enquadramento económico e energético

Na sequência da desaceleração observada no crescimento da economia portuguesa em 1999, para cerca de 3%, os indicadores disponíveis para o ano 2000 indiciam que a recuperação do crescimento económico em Portugal terá ficado aquém da observada no conjunto da média europeia, o que determina uma pausa no ritmo de recuperação da nossa economia face ao conjunto dos 15 países que integram a União (UE 15). As últimas estimativas da Comissão Europeia situam o crescimento em Portugal um pouco abaixo da média, estimada em 3,4%.

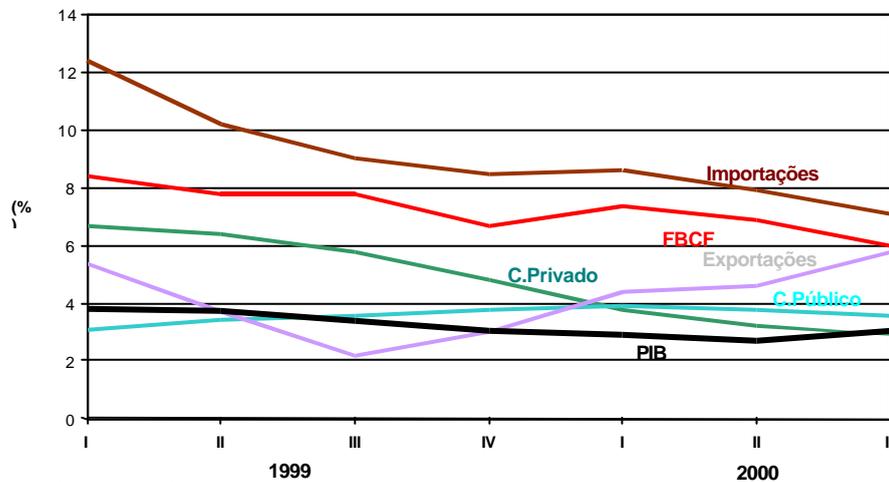
VARIAÇÃO REAL DO PIB pm 2000



Fonte: Comissão Europeia (Estimativas do Outono de 2000)

No decorrer do ano 2000 acentuou-se a desaceleração no crescimento do Consumo Privado e da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em Portugal, conforme se pode concluir pela figura seguinte. Como consequência, registou-se também um progressivo decréscimo no ritmo de crescimento das Importações.

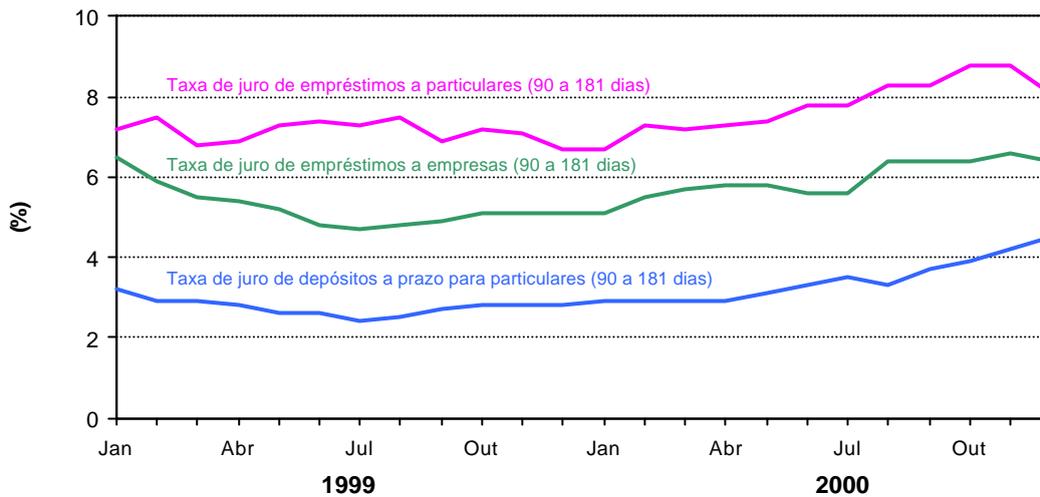
CRESCIMENTO DA PROCURA EM PORTUGAL (Variação real)



Nota: ano terminado em cada trimestre
Fonte: INE (Contas Nacionais Trimestrais de Janeiro de 2001)

O desempenho do Consumo Privado deve-se à desaceleração na procura de bens duráveis, como consequência do menor crescimento no rendimento disponível das famílias, cuja evolução foi agravada pelo acréscimo das taxas de inflação e de juro, com efeitos ampliados pelo elevado nível de endividamento das famílias.

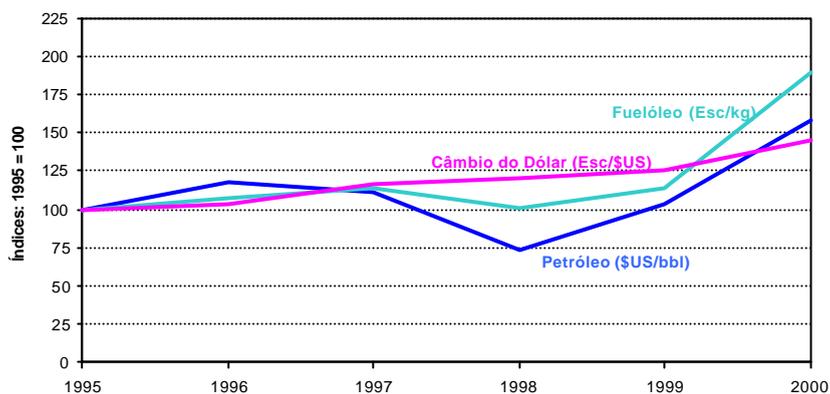
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE JURO



Por outro lado, a retoma da procura externa impulsionou a reanimação das Exportações, de forma particularmente sensível para países não pertencentes à União Europeia. Contudo, a deterioração dos termos de troca associada ao aumento dos preços das importações, em consequência da combinação dos efeitos do forte acréscimo do preço do petróleo e da valorização do dólar americano, continuou a determinar um agravamento da balança de bens e serviços.

A figura relativa à evolução dos preços do petróleo e fuelóleo em Portugal evidencia o efeito da desvalorização do escudo, na medida em que o acréscimo de 53% no preço do petróleo no mercado internacional (em termos médios, no ano 2000) se traduziu num acréscimo de 66% no preço do fuelóleo no mercado nacional. Com efeito, enquanto que o nível atingido em 2000 pelo preço do petróleo no mercado internacional (cerca de 27 dólares por barril, em termos médios) se situou próximo do observado em 1985 (inferior ao verificado no início dos anos 80 em que chegou a atingir 36 dólares, a preços correntes), em 2000 o preço médio do fuelóleo atingiu um valor sem precedentes no mercado nacional — 60% acima do valor máximo observado desde 1970 (em 1985).

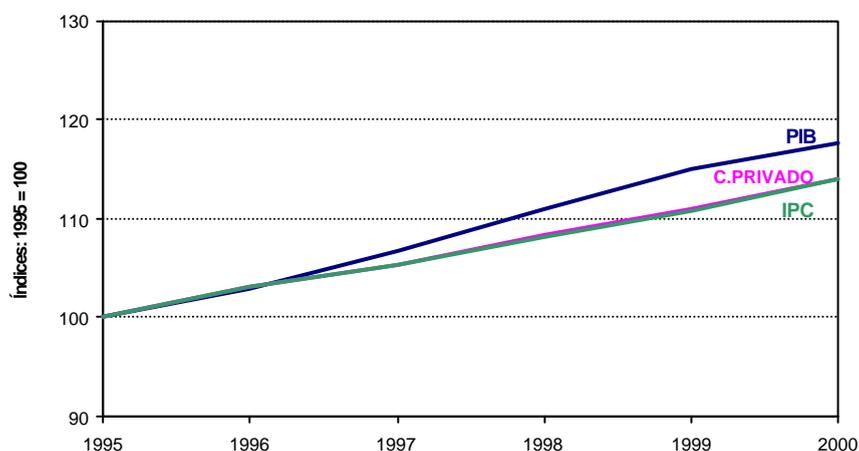
**PREÇO DO PETRÓLEO "ARABIAN LIGHT" (fob Ras Tanura), DO
FUELÓLEO E CÂMBIO DO DÓLAR (\$US) EM PORTUGAL
(preços correntes)**



Fontes: DGE, "Platt's Oilgram Price Report" e Banco de Portugal

Como consequência do acréscimo dos preços das importações, assistiu-se no ano 2000 a uma aceleração no crescimento dos preços no consumo privado que, de acordo com as estimativas das Grandes Opções do Plano, terá atingido 2,7%. Assim, ter-se-á estreitado o diferencial entre os índices de preços implícitos no consumo privado (e no consumidor) e o índice de preços implícito no PIB, cuja evolução é mais determinada pelo comportamento dos preços internos.

ÍNDICES DE PREÇOS

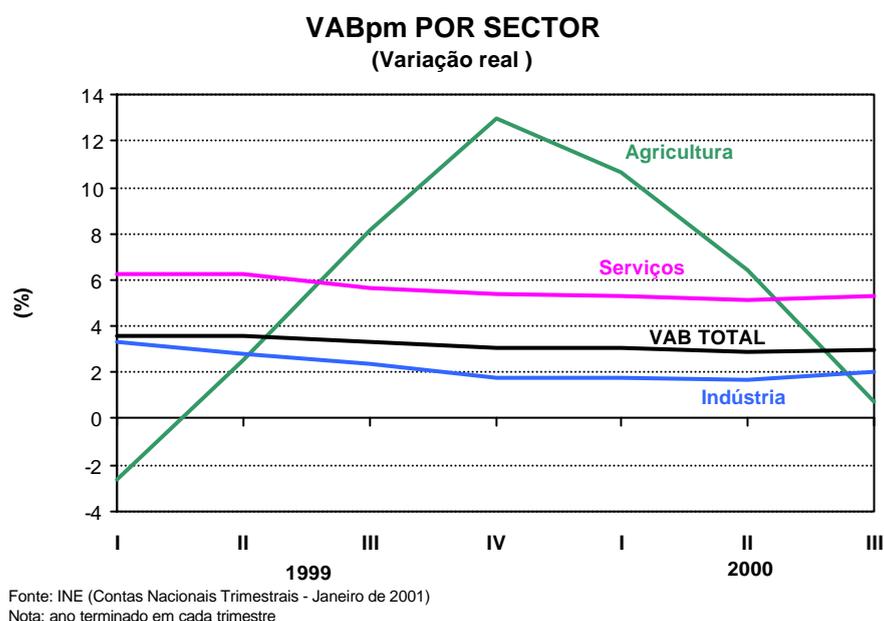


Fonte: INE e GOP 2001

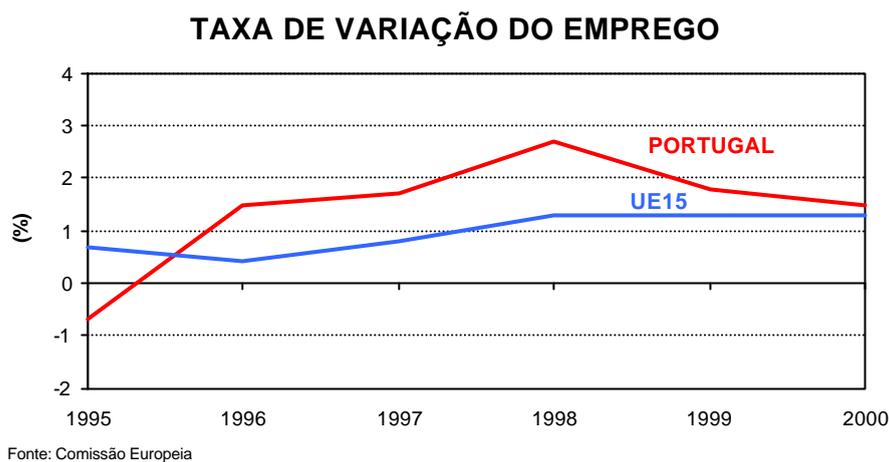
A análise da composição do Produto Interno Bruto (PIB) por sector de origem (na óptica da oferta), em termos reais, revela uma forte quebra do Valor Acrescentado Bruto (VAB) na agricultura, no ano 2000, depois dum desempenho particularmente favorável no ano anterior. Contudo, a contribuição deste sector para o total do VAB é de apenas 4%.

Por outro lado, a ligeira recuperação no sector industrial deve-se essencialmente ao contributo do sector da construção, uma vez que o índice de produção industrial da indústria transformadora indicia uma estagnação do nível de actividade.

Neste contexto, o crescimento do VAB total foi determinado pelo dinamismo da actividade dos serviços (ilustrado na figura), fortemente impulsionado pelas actividades financeiras e imobiliárias.



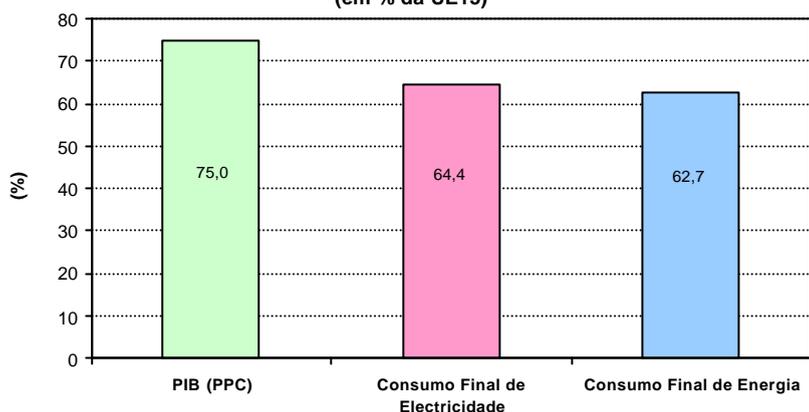
A evolução do emprego manteve-se bastante favorável no ano 2000, tendo apresentado uma taxa de crescimento de 1,6% no final do ano, em termos homólogos, depois de ter exibido um crescimento médio de 2% ao ano, entre 1996 e 1999.



Como consequência, a taxa de desemprego tem vindo a baixar, tendo atingido 4% em 2000, enquanto a média dos 15 países que integram a União Europeia se situou em 8,4%. Tem-se, assim, um nível de desemprego historicamente baixo, começando já a surgir pressões no mercado de trabalho, associadas à falta de mão-de-obra nalguns sectores e regiões.

Relativamente ao **consumo de electricidade** no ano 2000, assistiu-se de novo em Portugal a um acréscimo significativamente superior ao do PIB. Com efeito, a comparação com os níveis médios da União Europeia revela que o consumo de electricidade per capita se situa em cerca de 65% da média dos 15, percentagem um pouco superior à do consumo energético global, enquanto que no caso do PIB per capita o valor de Portugal atinge 75% do valor médio, considerando a conversão para moeda comum através das Paridades de Poder de Compra (PPC na figura).

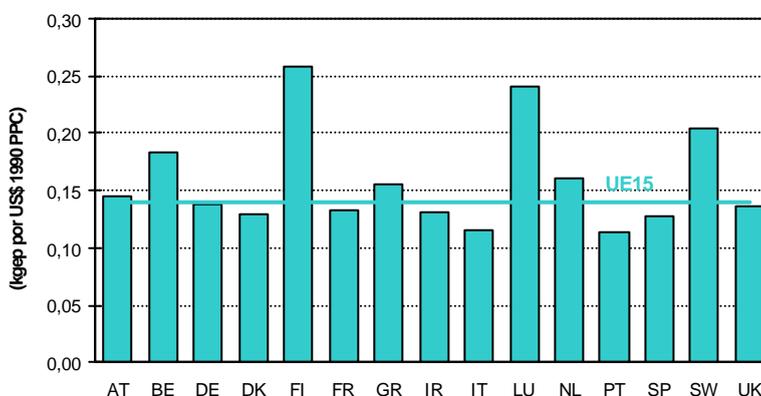
PIB E CONSUMO DE ENERGIA per capita - 1998
(em % da UE15)



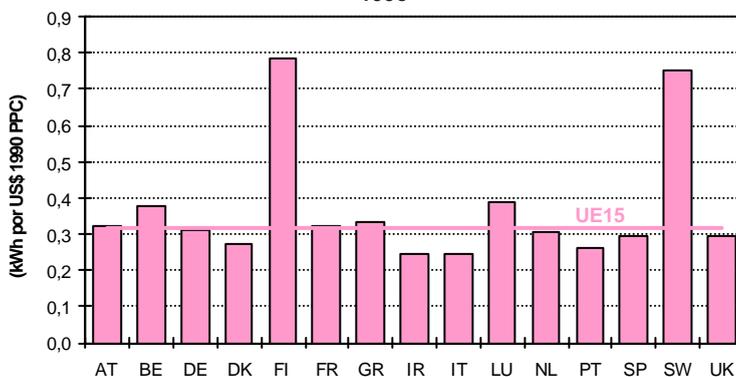
Fontes: Comissão Europeia e OCDE

A análise das intensidades energéticas por país, medidas pela relação entre o consumo de energia e o PIB, mostra que também este indicador coloca Portugal significativamente abaixo da média europeia – o consumo energético por unidade produzida em Portugal é cerca de 80% do valor médio europeu (79% no caso da energia global e 81% no caso da energia eléctrica).

INTENSIDADE ENERGÉTICA
1998

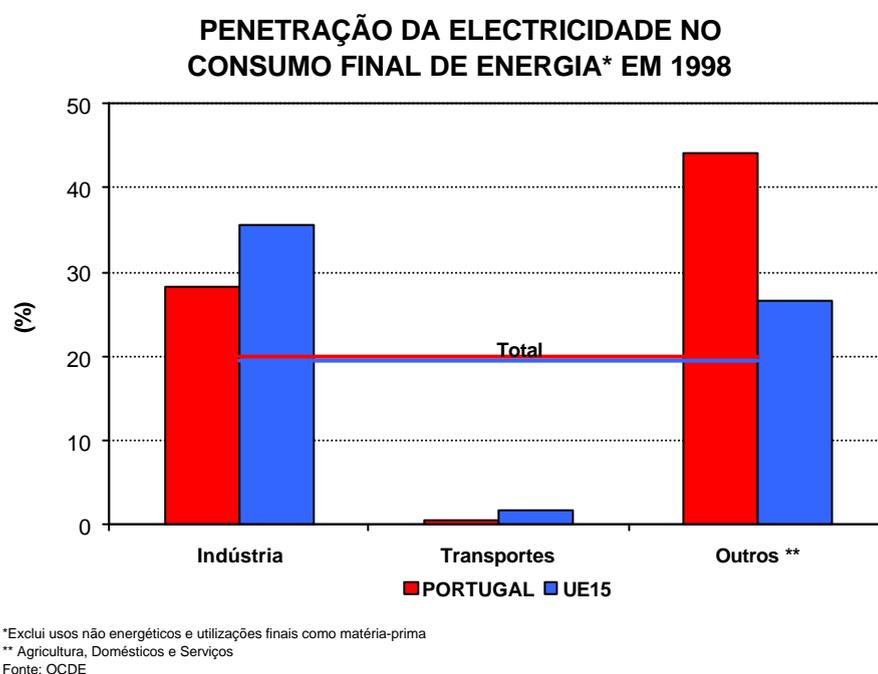


INTENSIDADE ELÉCTRICA
1998



Fonte: OCDE

Relativamente à penetração da electricidade no consumo final de energia, constata-se que a taxa em Portugal é muito ligeiramente superior à da média europeia, situando-se em cerca de 20%. Contudo, a repartição por sector de actividade revela diferenças significativas, com uma menor proporção de electricidade nos sectores da indústria e dos transportes em Portugal, enquanto no conjunto dos outros consumos (residenciais, serviços e agricultura) a electricidade absorve cerca de 45% do consumo total de energia, percentagem que na média europeia pouco ultrapassa 25%.



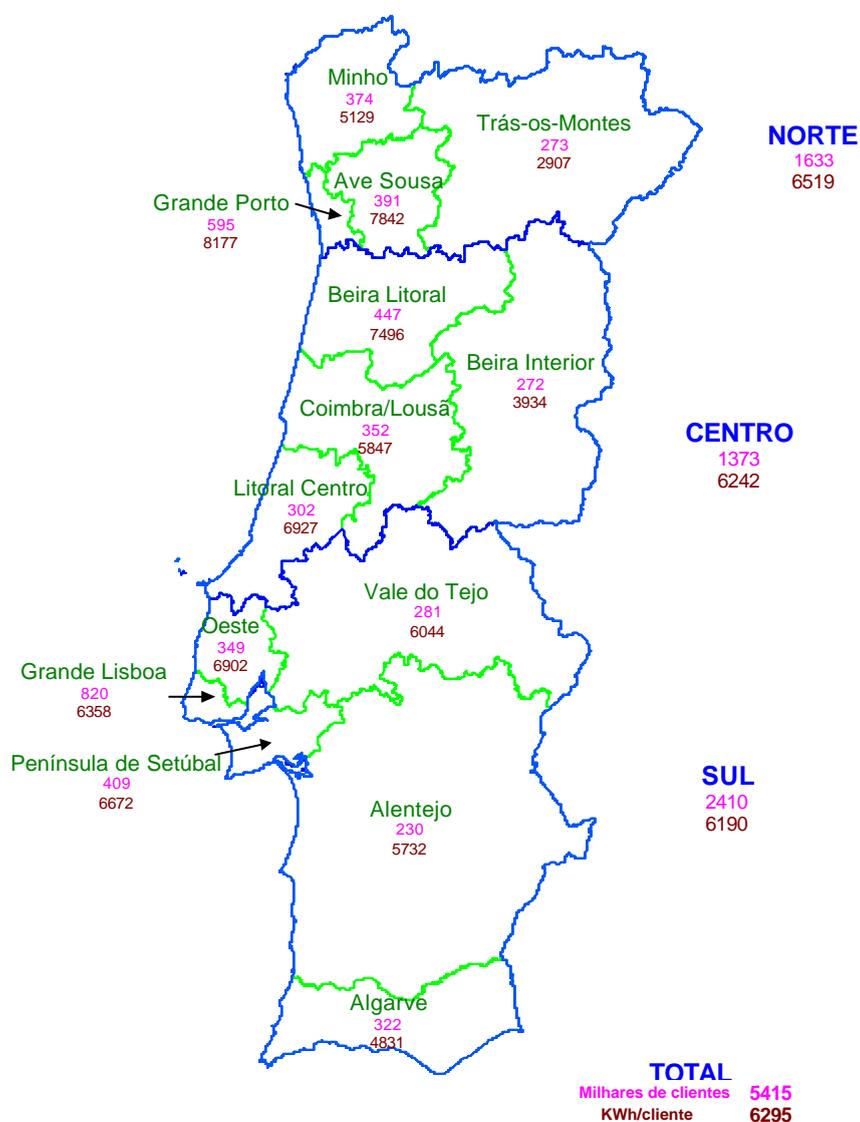
Caracterização da Empresa

A EDP Distribuição cobre todo o território continental, em termos de distribuição e comercialização de energia em Alta, Média e Baixa Tensão, o que é assegurado pelos seus 8 225 trabalhadores, número verificado no final do ano.

A uma taxa de crescimento da energia saída da rede de distribuição para alimentar consumos de clientes vinculados e não vinculados de 6,2%,

correspondeu um acréscimo de 5,6% na energia directamente vendida a clientes finais.

Em 2000, a energia vendida a cerca de 5 415 milhares de clientes gerou um volume de vendas de 614 milhões de contos, resultantes do fornecimento ao SEP de 34 091 GWh de electricidade, o que corresponde a cerca de 90% do consumo final do Continente – os restantes 10% representam essencialmente autoconsumo em empresas com produção própria, uma vez que o peso dos clientes que abandonaram o Sistema Eléctrico de Serviço Público (SEP) para aderir ao Sistema Eléctrico não Vinculado (SENV) ficou aquém de 1% do consumo do Continente.



O investimento a custos técnicos (excluindo encargos financeiros), realizado neste exercício, foi próximo de 47 milhões de contos, enquanto que o montante despendido em conservação, incluindo todos os custos dos departamentos envolvidos, foi da ordem dos 29 milhões de contos.

Procura de electricidade

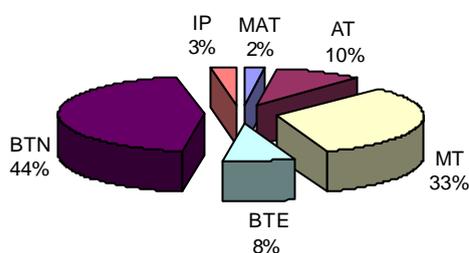
Os fornecimentos de energia eléctrica a clientes do SEP continuaram a crescer a taxas significativas. A evolução média anual na área da distribuição do Grupo EDP, entre 1995 e 2000, foi de 5,6% (a mesma percentagem no último ano).

Em Muito Alta Tensão (MAT) e Alta Tensão (AT) os consumos cresceram a uma taxa média anual superior a 3%, no quinquénio, enquanto que em Média Tensão (MT) o aumento se situou próximo dos 5%. Em Baixa Tensão (BT), nesse período, o crescimento médio anual situou-se em 6,5%. O consumo em BT representa mais de metade do total (55%).

Vendas de energia eléctrica

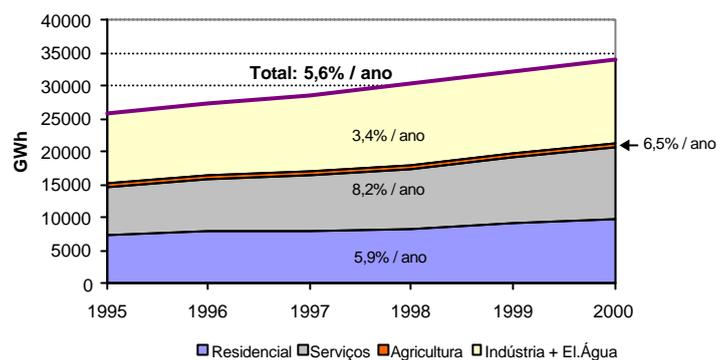
(GWh)	1999	2000	Variação
MAT	759	776	2,2%
AT	3 096	3 328	7,5%
MT	10 639	11 092	4,3%
BTE	2 492	2 657	6,6%
BTN	14 347	15 227	6,1%
IP	947	1 010	6,6%
Total	32 280	34 091	5,6%

Estrutura em 2000



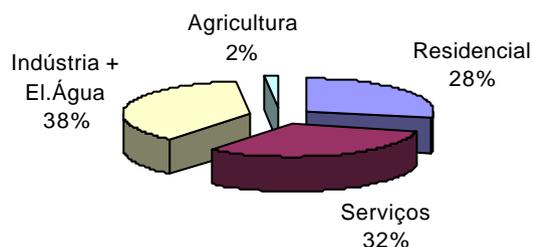
A evolução do consumo pelos diferentes usos finais mostra uma gradual diminuição do peso do sector industrial, com uma subida nos sectores residencial e dos serviços.

Consumo SEP por tipos de usos



Em 2000, a repartição do consumo mostra que os sectores industrial e agrícola representam cerca de 40% do total do consumo, enquanto que as parcelas relativas aos sectores residencial e dos serviços são de 28% e 32%, respectivamente.

Estrutura do consumo - 2000 (por tipos de usos)



Actividade Comercial

Política Comercial

À semelhança de anos anteriores, a evolução da Política Comercial da Empresa baseou-se nas prioridades definidas no Plano Estratégico para a Distribuição mas, visando uma mais rápida e consistente percepção de novos métodos e processos, continuou a orientar-se para as novas políticas e soluções recomendadas pelo projecto de reorganização da distribuição.

Neste contexto, foi factor importante a completa verticalização da estrutura comercial da empresa com a adequação das estruturas existentes no terreno à nova organização, possibilitando a total separação das diferentes actividades comerciais, nomeadamente as relacionadas com as compras de energia, gestão dos grandes clientes, gestão dos clientes empresariais e gestão dos clientes residenciais.

A implementação das transformações referidas foi complementada com a criação da função *marketing* com o objectivo de identificar, desenhar e comunicar a oferta de valor da Empresa para cada um dos seus segmentos de Clientes.

A adopção da nova estrutura, já implementada, teve como objectivo satisfazer, com mais elevados índices de produtividade e qualidade de serviço, as necessidades e expectativas dos nossos Clientes constituindo, por isso, uma vertente importante da missão da EDP Distribuição.

Em suma, apesar de 2000 ter sido o ano de criação da EDP Distribuição – Energia, S.A., com o necessário envolvimento de toda a organização na mudança, foi possível desenvolver e implementar metodologias e actividades centradas no Cliente e no Mercado, com resultados globalmente positivos.

Base de Clientes

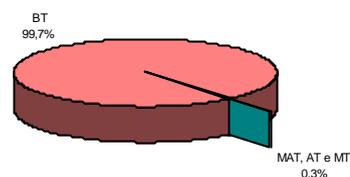
A estrutura dos clientes por nível de tensão tem-se mantido sensivelmente constante no último quinquénio.

O número de clientes no final de 2000 era de 5 415 304, dos quais 99,7% em Baixa Tensão.

Nº de clientes

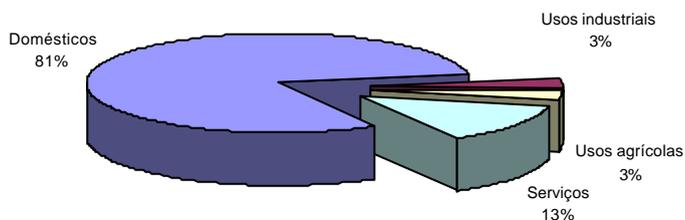
	1999	2000	Varição
MAT	11	11	0,0%
AT	91	90	-1,1%
MT	18 140	18 834	3,8%
BTE	24 507	25 394	3,6%
BTN	5 211 279	5 332 331	2,3%
IP	37 492	38 644	3,1%
Total	5 291 520	5 415 304	2,3%

Estrutura em 2000



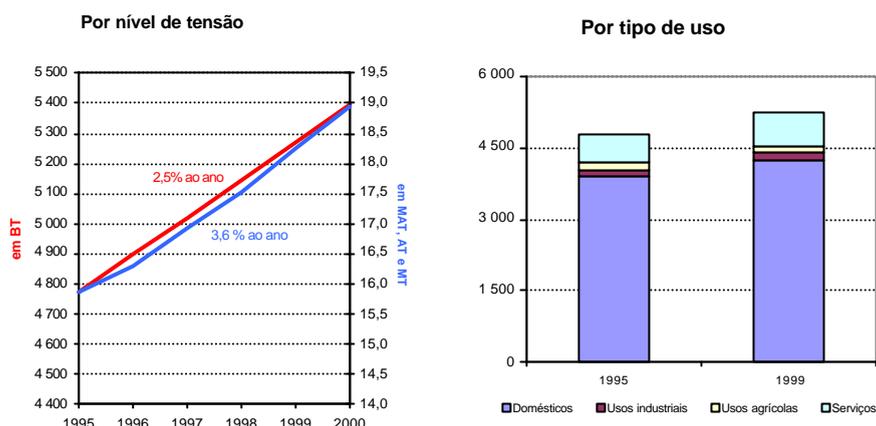
Como se pode constatar no gráfico seguinte, mais de 80% dos clientes são domésticos.

Estrutura por tipo de usos



O gráfico seguinte apresenta a evolução no último quinquénio em que é visível o contínuo crescimento, a uma taxa sensivelmente constante, da ordem dos 2,5% por ano, embora com uma ligeira quebra em 2000 (2,3%). O crescimento do número de clientes em tensões diferentes de BT (3,6%) é, no entanto, um pouco superior à verificada em BT (2,5%).

Evolução do número de clientes (milhares)



O sector dos serviços continua a manter um ritmo de crescimento superior aos das restantes actividades, perto de 4% ao ano, entre 1995 e 1999.

O consumo médio total por cliente sofreu este ano um acréscimo da ordem dos 3%, em relação a 1999, sendo de destacar o significativo acréscimo registado em AT (8,7%).

Consumo médio por cliente

	1999	2000	Varição
MWh			
MAT	69 027	70 565	2,2%
AT	34 023	36 983	8,7%
MT	586	589	0,4%
BTE	102	105	2,9%
IP	25	26	3,4%
kWh			
BTN	2 753	2 856	3,7%
Total	6 100	6 295	3,2%

Compra e Venda de Energia

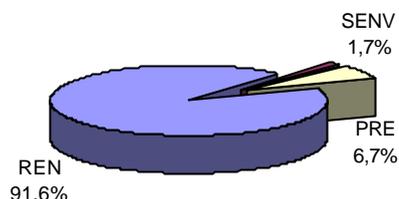
Para fazer face ao aumento dos consumos, houve que adquirir mais energia eléctrica à REN, que representa a maior parcela (mais de 90%), e a produtores do sistema eléctrico independente. Destes, destacam-se as compras aos produtores em regime especial (PRE) que, neste quinquénio, aumentaram, em média, cerca de 17,1% ao ano (14,1% no último ano). Assim, a parcela de energia eléctrica correspondente à aquisição a produtores em regime especial já tem expressão,

tendo sido 6,7%, em 2000. As aquisições ao sistema não vinculado (SENV), pertencente ao Grupo EDP, representaram apenas 1,7% do total das compras de energia eléctrica, em 2000.

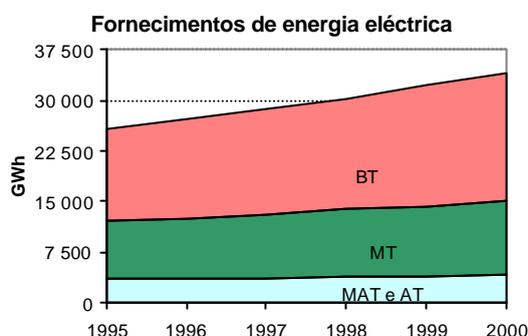
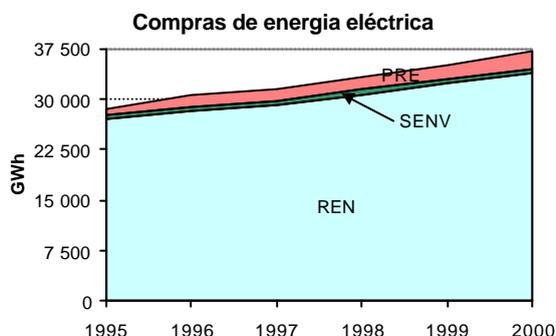
Compras de energia eléctrica

(GWh)	1999	2000	Variação
REN	32 483	33 915	4,4%
SENV	447	622	39,2%
PRE	2 165	2 469	14,1%
Total	35 095	37 007	5,4%

Estrutura em 2000

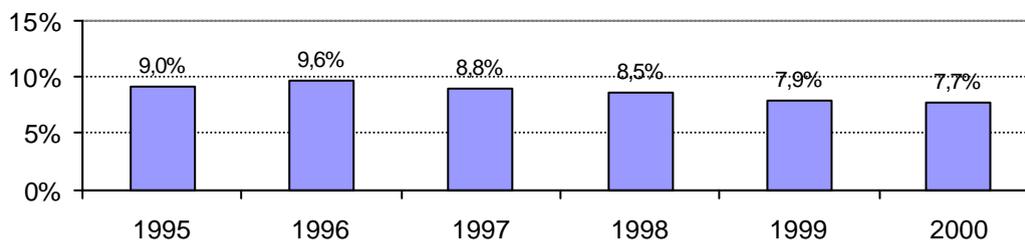


O crescimento das compras (5,3% ao ano) e dos fornecimentos de energia eléctrica (5,6% ao ano), desde 1995, é bem visível na figura seguinte.



De salientar que a evolução das perdas nos últimos três anos tem apresentado uma melhoria, em relação ao período anterior a 1997.

Perdas*



* Em relação às compras de energia eléctrica.

A energia entrada na rede de distribuição passou a ter, desde o ano de 2000, dois destinos: vendas ao SEP e trânsitos para clientes não vinculados – energia comprada por estes clientes a produtores do sistema independente ou importada. Esta energia era, até 1999, comprada ao SEP. Neste exercício, a energia entrada

com destino aos clientes não vinculados foi de 223,0 GWh, a qual teve uma taxa de perdas de cerca de 3%.

Em 2000, os trânsitos de energia para o SENV conduziram a 231,2 mil contos de proveitos, correspondentes ao Uso da Rede de Distribuição, sendo a maior parcela relativa ao uso da rede de MT.

Uso da rede de distribuição pelo SENV (2000)

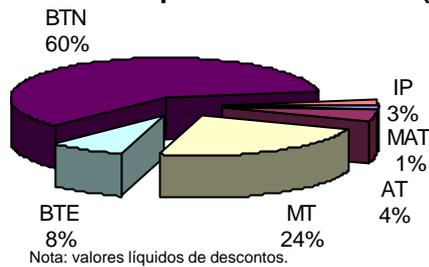
	Energia saída (GWh)	Facturação (mil contos)	Preço médio (esc/kWh)
AT	82,8	16,4	0,20
MT	133,4	214,8	1,61
Total	216,2	231,2	1,07

Assim, o correspondente preço médio foi de 1,07 escudos/kWh, valor inferior em mais de 30% ao valor médio associado aos proveitos permitidos pela tarifa de Uso da Rede de Distribuição (URD) em 2000 (1,61 escudos/kWh). Isto decorre de que parte significativa dos trânsitos de energia em MT ocorreram em horas de vazio, período em que a tarifa a aplicar é nula.

As compras de energia em 2000 ascenderam a 37 009 GWh, tendo correspondido a 373,2 milhões de contos, mais 5,6% de custos do que no ano anterior.

Neste exercício as vendas de energia eléctrica, que foram de 34 091 GWh, conduziram a 613,9 milhões de contos de proveitos (vendas líquidas de descontos e sem IVA), cerca de 4,4% superiores às do ano anterior. Neste valor não estão considerados os fornecimentos ao Grupo nem a energia em contadores.

Estrutura dos proveitos de venda (2000)



O aumento em relação a 1999 (4,4%) foi consequência do acréscimo do consumo (5,6%) e da quebra do preço médio de venda a clientes vinculados (1,2%). Para além da redução das tarifas em cerca de 0,6%, houve um aumento dos descontos (que representaram cerca de 1,4% das vendas brutas e que tiveram um acréscimo de mais de 25% em relação a 1999), essencialmente no caso do desconto de interruptibilidade; por outro lado, o crescimento das utilizações dos clientes de MAT e AT contribuiu também para esta redução.

O preço médio de venda de energia eléctrica ao SEP foi de 18,0 escudos/kWh.

Preços médios de venda ao SEP em 2000

	Valor* (mil contos)	Energia* (GWh)	Preço médio (esc/kWh)
MAT	5 439	776	7,0
AT	26 703	3 328	8,0
MT	148 648	11 092	13,4
BTE	49 278	2 657	18,5
BTN	367 483	15 227	24,1
IP	16 386	1 010	16,2
Total	613 937	34 091	18,0

* Exclui vendas ao Grupo e energia em contadores.

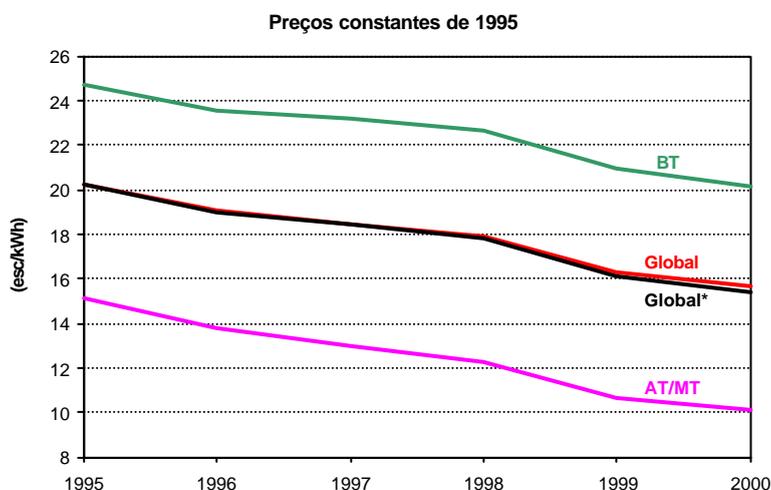
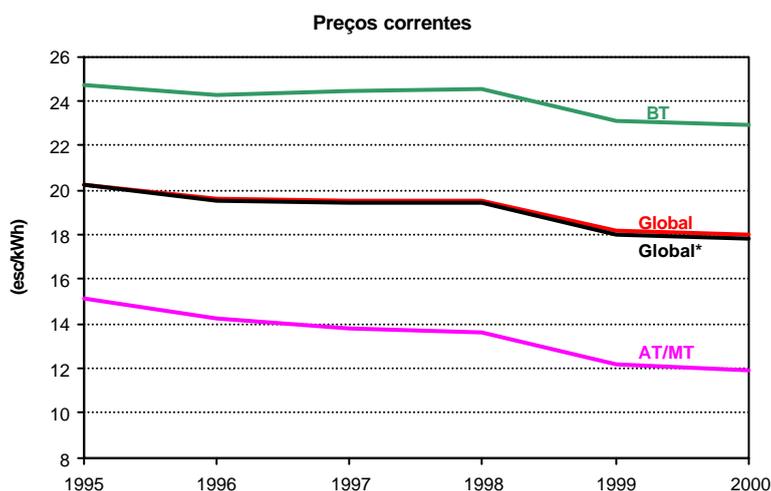
A evolução do preço médio de venda ao SEP, desde 1995, mostra dois períodos distintos, até e depois de 1998, ano em que a ERSE determinou uma forte redução das tarifas para 1999, justificando-a com a necessidade de fazer convergir os preços com a média da União Europeia. O efeito da queda das tarifas é de uma diminuição média anual de 2,3% no preço médio, no período em análise. Retirando o efeito da alteração da estrutura dos fornecimentos de energia

eléctrica (considerando constante a estrutura verificada em 1995), a referida diminuição passaria para 2,5% ao ano.

A mesma análise feita a preços constantes de 1995 mostra que os preços reais, que já estavam a cair significativamente até 1998 (4,1% ao ano), tiveram um decréscimo médio anual de 5,0% no quinquénio (5,3% se considerada a estrutura de 1995).

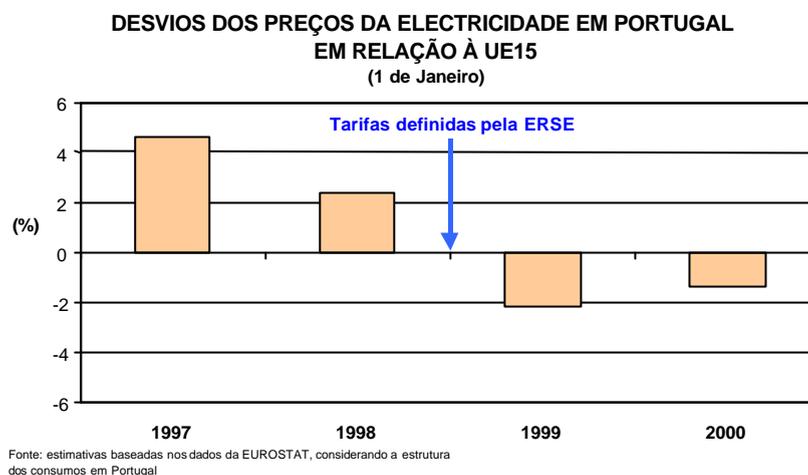
A diminuição dos preços é bastante mais acentuada em AT e MT, onde os decréscimos tarifários se fizeram sentir com maior intensidade.

PREÇO DE VENDA DA ELECTRICIDADE



* Mantendo constante a estrutura de fornecimentos da EDP (1995)
Fontes: EDP e INE

Através da comparação com os preços médios da União Europeia, constata-se que o decréscimo dos preços de electricidade em Portugal levou a que os objectivos que a ERSE definiu tivessem sido ultrapassados.



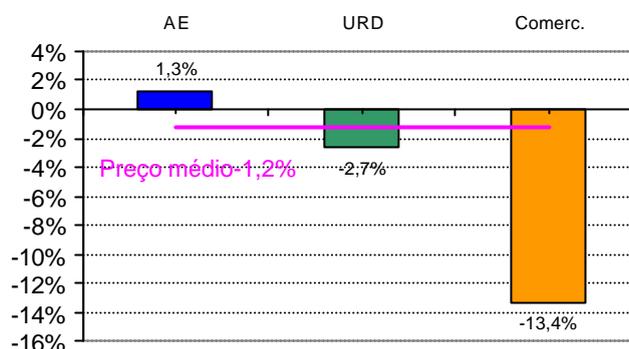
A ERSE tem vindo a reduzir as tarifas, apontando como justificações a procura da convergência dos preços praticados em Portugal em relação aos outros países da UE e a liberalização do mercado europeu de electricidade.

Em 1998 foi publicado o Regulamento Tarifário, bem como as tarifas para 1999 e os parâmetros a vigorar no primeiro período de regulação (1999-2001). Alguns desses parâmetros (X) condicionaram, em conjunto com a taxa de inflação, a evolução das tarifas a definir para os anos seguintes (2000 e 2001).

A ERSE decidiu um decréscimo de 0,6% nas tarifas para 2000, a ser aplicado uniformemente a todos os clientes, ao qual esteve associada uma diminuição de 1,2% do preço médio. Os valores subjacentes ao cálculo implicavam um aumento do preço médio de aquisição de energia eléctrica (AE) de 1,3%, um decréscimo de 2,7% no preço médio de uso da rede de distribuição (URD) e uma diminuição de 13,4% no preço médio de comercialização. Assim, a componente do preço médio associada à EDP Distribuição sofreu uma redução de cerca de 5%.

Variações nas componentes do preço médio de venda a clientes finais

Hipóteses adoptadas no cálculo das tarifas para 2000



Fonte: ERSE - "Tarifas e preços para a energia eléctrica e outros serviços em 2000"

Facturação e Cobrança

A facturação de energia eléctrica, incluindo IVA, ascendeu durante o ano 2000 a 645,1 milhões de contos, apresentando um acréscimo de 26,6 milhões de contos relativamente ao exercício anterior, aumento este resultante das parcelas relativas aos fornecimentos em MT e BT. Os valores referentes ao conjunto dos fornecimentos em MAT e AT mantiveram-se, apesar do crescimento verificado nos consumos. Isto acontece porque o acréscimo verificado nestas tensões foi absorvido pelos descontos, 8,8 milhões de contos, relativos à aplicação da Adenda à Convenção Tarifária, à interruptibilidade, à opção tarifária de super-vazio e ainda à redução tarifária.

Facturação

(milhões de contos)	1999	2000
MAT	5,8	5,7
AT	28,1	28,2
MT	152,5	156,3
BTE	49,3	51,8
BTN	367,4	385,9
IP	15,6	17,2
Total	618,5	645,1

Inclui IVA.

Constata-se que os fornecimentos de energia eléctrica em BTN, com 59,8% do total facturado, representam uma parcela muito importante da facturação de energia eléctrica.

Relativamente à Cobrança continuou a verificar-se durante este exercício um nível de eficácia próximo dos 100%.

Cobrança / facturação

	1999	2000
Estado e Organismos Oficiais	100,1%	98,4%
Autarquias	100,3%	97,8%
Sector Empresarial e Particular	101,2%	99,4%
Total	101,1%	99,3%

Dívidas de Clientes

Os créditos totais sobre clientes resultantes da facturação por fornecimentos de energia eléctrica foram de 115,9 milhões de contos, em 2000, registando um agravamento de 2,5% face ao ano anterior.

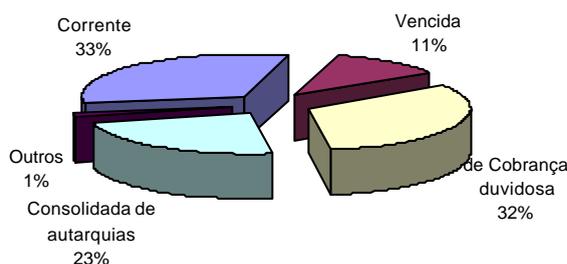
Dívidas de clientes

(milhões de contos)	1999	2000	Varição
Estado e Organismos Oficiais	5,2	5,4	4,9%
Autarquias	51,4	51,7	0,6%
Sector Empresarial e Particular	56,5	58,7	3,9%
Total	113,1	115,9	2,5%

Para este agravamento contribuíram principalmente o Sector Estado, com mais 4,9%, e o Sector Empresarial, com mais 3,9%.

As dívidas de clientes, que representaram cerca de 18% da facturação de venda de energia eléctrica em 2000, incluem 12,7 milhões de contos de dívida vencida, 37,3 milhões de dívida de cobrança duvidosa e 27,0 milhões de contos de dívida consolidada de autarquias.

Estrutura da dívida em 2000



Rede Eléctrica

Desenvolvimento da Rede

No ano de 2000, o investimento nas redes de distribuição permitiu assegurar o abastecimento dos consumos, que continuam a crescer a bom ritmo, e teve como preocupação potenciar uma melhor qualidade de serviço aos clientes, em termos de adequação da tensão aos níveis regulamentares e em termos de continuidade de serviço.

Continuaram a verificar-se dificuldades na realização de algumas obras de grande dimensão, a nível de Alta Tensão, designadamente nas áreas de grande concentração urbana. Estas dificuldades estão relacionadas com a obtenção de terrenos adequados à implantação de subestações e com a definição de traçados para as linhas que as alimentam.

Durante o ano, entraram em serviço três novas subestações, a que correspondeu, juntamente com a alteração de potência nas subestações já em serviço, um aumento de 210 MVA na potência instalada.

Associados, quer à reconfiguração da rede de Alta Tensão, quer à alimentação das novas subestações, entraram em exploração 127,8 km de linhas a 60 kV (dos quais 127,6 km em traçados aéreos e 0,2 km em traçados subterrâneos).

Em termos de realizações na rede de Média Tensão, entraram em serviço 827,3 km de linhas aéreas e 290,1 km de cabos subterrâneos.

Relativamente à rede de Baixa Tensão, entraram em serviço 1 964,4 km de linhas aéreas e 658,6 km de redes subterrâneas e foram ligados 1 018 novos postos de transformação, a que corresponde uma potência de 300,6 MVA.

No âmbito do plano de remodelação dos Sistemas de Comando e Controlo (SCC), avançou-se com o processo conducente à sua concentração. Assim,

deu-se início à concentração dos Centros de Condução Ave e Sousa, Minho e Trás-os-Montes no Porto. Concluiu-se também a concentração dos Centros de Condução Amadora e Loures em Palhavã, realizaram-se os trabalhos necessários para a condução do Centro de Comando de Vale do Tejo a partir de Santarém e iniciaram-se ainda os trabalhos para a condução do Centro de Comando do Alentejo a partir de Beja.

Iniciou-se também o processo de substituição dos actuais SCC, tendo sido adquiridos, neste âmbito, novos postos de comando SCATE X para os Centros de Condução Coimbra e Seia, e para o Sistema de Comando e Controlo Loulé para substituição do actual sistema.

Tendo em vista a modernização e optimização da actividade da condução, prosseguiu o desenvolvimento do novo SCC para a gestão da rede eléctrica de distribuição AT/MT (GENESys), tendo sido instalado em Palhavã um produto industrial, com postos de operação localizados no Despacho da Empresa e no Centro de Comando de Lisboa, incluindo já parte das funcionalidades necessárias à operação e gestão das redes eléctricas.

Durante 2000 foi seleccionada a arquitectura mais adequada para o sistema de telecontagem em instalações da rede AT e MT na EDP Distribuição, tendo em vista a uniformização dos procedimentos e a racionalização de recursos existentes.

Foi seleccionado um sistema centralizado de telecontagem, dispondo de uma instalação de *backup*, que virá substituir as 3 centrais existentes. Este novo sistema centralizado deverá entrar em funcionamento no início de 2001.

Na área da Baixa Tensão impulsionou-se o andamento dos Projectos Nacional de Telecontagem e Gerês, prevendo-se que no primeiro semestre de 2001 ocorra a implementação do Piloto 1 de cerca de 200 contadores.

Colaborou-se activamente no Projecto IRMA incluído no Programa Comunitário ALURE. Também em 2000, foi analisado o enquadramento actual e futuro das contagens tendo em atenção factores externos como o aparecimento de novos Operadores Comercializadores e as novas tecnologias de telecontagem.

Relativamente à Rede de Telecomunicações, salienta-se a instalação de 700 km de cabos de fibras ópticas, perfazendo um total de cerca de 1 600 km os quais constituem a infraestrutura de suporte da actual Rede de Telecomunicações Industriais de Segurança (RTIS).

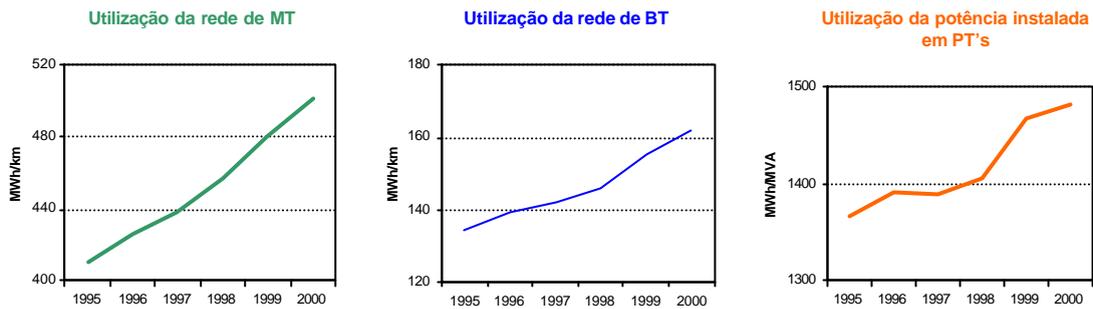
A Rede de Transmissão Digital de Alto Débito está estruturada actualmente em três diferentes níveis – local, acesso e transporte, em ambiente multiserviços, com integração das diferentes aplicações e serviços, permitindo a convergência de voz, dados e imagem na mesma infraestrutura.

Indicadores de Utilização

Os indicadores de utilização dos activos tiveram no ano de 2000, comparativamente com o verificado em 1999, uma evolução positiva, o que traduz o esforço de optimização dos activos existentes.

Assim, a utilização da rede MT situou-se próximo dos 500 MWh/km, superior em 4,3% relativamente ao ano anterior, e a da rede BT foi de cerca de 160 MWh/km, superior em 4,2% à de 1999. A utilização da potência instalada em postos de transformação teve também uma evolução favorável, de 1,1%, registando 1 480 MWh/MVA, aproximadamente.

Indicadores de utilização das redes



Qualidade de Serviço

A entrada em vigor, a 1 de Janeiro de 2001, do Regulamento da Qualidade de Serviço, para além da alteração organizativa em curso na Empresa, implicou, no ano de 2000, um esforço adicional de adaptação dos Sistemas e dos Processos às novas exigências regulamentares.

Os valores globais dos indicadores de Qualidade de Serviço em 2000 sofreram uma deterioração, face a 1999, uma vez que a Rede foi fortemente penalizada por um incidente verificado em Maio na Rede de Transporte e pelas condições atmosféricas extremamente adversas que ocorreram em Dezembro.

Deu-se continuidade à implementação do Programa de Melhoria da Qualidade de Serviço, criado na Distribuição, para corrigir as situações mais desfavoráveis. A instalação de 200 órgãos de corte na rede MT, com o respectivo telecomando, permitirá uma maior rapidez na reposição do serviço desta rede com o inerente reflexo na Qualidade de Serviço.

Foi elaborado o Plano de Monitorização da Qualidade e Continuidade da Onda de Tensão das Redes da EDP Distribuição para o ano de 2001. Este Plano foi submetido à aprovação da Direcção Geral de Energia no final do ano e será implementado em 2001, por forma a permitir a monitorização da qualidade de serviço prestada em todo o território continental.

Utilizadores de Rede

No âmbito da liberalização do mercado de energia, em que ficou estabelecido que as instalações consumidoras que tenham tido um consumo acumulado nos últimos 12 meses consecutivos superior a 9 GWh podem solicitar o estatuto de cliente não vinculado, verificou-se, no ano de 2000, a passagem de 18 antigos clientes do SEP para este estatuto. Destes, 3 são alimentados em AT e os restantes 15 em MT.

O consumo total destes clientes, desde o início das respectivas actividades enquanto pertencentes ao SENV e durante o ano de 2000, foi de 216,2 GWh, repartidos por 82,8 GWh em AT e 133,4 GWh em MT, o que representou 0,6% do total da energia saída da EDP Distribuição e cerca de 3% do consumo total elegível abastecido pelas redes públicas.

De acordo com a legislação e a regulamentação em vigor, a EDP Distribuição deve proporcionar aos clientes do SENV o acesso às redes, de acordo com o estabelecido nos Acordos de Acesso e Operação das Redes, entretanto celebrados.

Com base em dados de 1999, havia 214 clientes que, de acordo com as condições referidas, eram considerados elegíveis, portanto em condições de solicitar o estatuto de cliente não vinculado.

No decurso de 2000, a ERSE atribuiu o estatuto de cliente não vinculado a 14 instalações consumidoras, contra as 8 atribuídas em 1999.

Projecto e Construção

No que respeita ao projecto e construção de instalações, um dos objectivos prioritários deste exercício foi a uniformização das regras de execução dos projectos e das obras, bem como a selecção dos materiais e equipamentos. Assim, elaboraram-se normas de execução de trabalhos e especificações

técnicas de materiais e equipamentos. Foram também aprovados "Processos", cujo objectivo é a uniformização de procedimentos em toda a Empresa.

Com o intuito de melhorar a actividade de Projecto e Construção, a Empresa investigou e desenvolveu novas soluções, mantendo o diálogo constante com os clientes internos e com outras entidades e organismos exteriores com experiência nesta matéria, nomeadamente com instituições universitárias e centros de investigação de engenharia electrotécnica, visando aprofundar a política de investigação e desenvolvimento.

Para além da actividade corrente, necessária ao desenvolvimento normal da rede de distribuição com vista a satisfazer o aumento das cargas, merecem destaque, pela sua importância, as seguintes actividades:

- Conclusão da definição do projecto tipo de subestações AT/MT;
- Definição das tarefas e respectivos preços de referência, para que a adjudicação das linhas de AT possa vir a ser efectuada através do regime de empreitada contínua;
- Continuação do processo de telecomando da rede MT;
- Implementação de novos centros de comando e controle;
- Execução de mais trabalhos em tensão (TET);
- Definição de procedimentos, de inspecção e de certificação, em colaboração com a CERTIEL e a DGE;
- Preocupação crescente com a segurança, tendo sido elaborados regulamentos nesta área, em conjunto com a DGE.

Pela sua importância na actividade de Projecto e Construção, realça-se a grande dificuldade em alterar o traçado das linhas já existentes, nomeadamente nas de AT, bem como a cada vez maior dificuldade em conseguir novos corredores para novas linhas, quer por razões ambientais quer por dificuldades levantadas pelos proprietários dos terrenos.

Manutenção

Em 2000, os principais objectivos da Empresa relativamente à manutenção e conservação do immobilizado técnico foram:

- Promover a adequada manutenção das instalações em serviço, reforçando a componente de manutenção preventiva programada, de modo a garantir os melhores índices de disponibilidade e eficácia dos equipamentos em serviço, bem como o prolongamento da sua vida útil;
- Reforçar a gestão técnica e económica da manutenção e o controlo desta actividade com recurso a uma aplicação informática específica para o efeito (SAP/PM), actualmente em desenvolvimento;
- Aproximar os custos médios de manutenção das instalações tipo nas diversas Áreas de Rede e obter custos de manutenção por cliente e por kWh da ordem de grandeza de empresas congéneres.

Sistemas de Informação Técnica

Dada a importância dos sistemas de informação georeferenciada como suporte aos processos empresariais e organizacionais e respondendo à necessidade de uma implementação em grande escala, foi constituída a Equipa de Projecto GeoEDP.

Para o desenvolvimento dos trabalhos, foi estabelecido um Contrato Plurianual de Prestação de Serviços entre a EDP Distribuição e a EDINFOR, incluindo o acesso a cartografia actualizada, levantamentos de informação de redes e componentes aplicativos.

Com esta abordagem pretende-se vitalizar a renovação dos Sistemas Técnicos da Empresa, de uma forma coordenada e assente na estratégia global estabelecida para o Grupo EDP, bem como garantir a partilha e circulação de informação entre áreas funcionais utilizadoras, tomando como suporte de integração o Smallworld.

Dentro deste quadro foram desenvolvidas acções para a integração do Sistema de Informação Técnica, gestor de informação, e o novo Sistema da Condução, bem como a interligação com o programa de planeamento DINIS. Obedecendo ainda à estratégia de integração de sistemas, com enquadramento no GeoEDP, foram contratados um novo sistema de gestão de incidente e módulos para redes de telecomunicações.

Foi prosseguida uma política de consolidação da colaboração com universidades e institutos de investigação nacionais no âmbito do desenvolvimento de aplicações informáticas. Neste âmbito foi finalizado o DPlan, ferramenta de apoio ao Planeamento e Condução, para optimização de redes, do qual não se conhece equivalente comercial e que resultou de um esforço de conjunto da EDP Distribuição e do Instituto Superior Técnico.

Ainda no âmbito dos Sistemas Técnicos, mas com enquadramento na implementação de um sistema global para o Grupo EDP, foi lançada a substituição do actual sistema de gestão de obras, por módulos SAP, com extensão ao planeamento da manutenção de redes.

Ambiente

O cumprimento das obrigações legais quanto ao controlo dos resíduos, bem como a contínua avaliação do impacto ambiental dos projectos em curso tem sido uma preocupação constante da Empresa.

Em todos os projectos e obras continuou a ser minimizado o impacte visual das redes aéreas, com maior incidência nas de Média e Baixa Tensão, mediante o recurso a soluções subterrâneas.

Para reduzir o impacte visual, designadamente em zonas históricas das cidades, têm continuado a ser desenvolvidas algumas acções, que passam pelo enterramento de linhas e pela dissimulação de postos de transformação na paisagem.

Devido ao perigo de colisão das aves com as estruturas das linhas aéreas e à nidificação nos postes, o que muitas vezes interfere com o funcionamento das linhas causando disparos e eventuais cortes de abastecimento, tem prosseguido a instalação de diversos dispositivos: uns que possibilitam às aves a percepção do obstáculo e outros que servem de plataformas para a construção de ninhos. Já se encontram instaladas algumas centenas desses dispositivos, continuando-se o estudo de soluções sobre esta matéria, em conjunto com entidades externas.

Quanto ao controlo dos resíduos, implementou-se o levantamento dos resíduos industriais produzidos e alienados pela EDP Distribuição durante o ano de 2000, que foi declarado às Direcções Regionais de Ambiente.

Foi também efectuado um levantamento a nível nacional das existências de lâmpadas de descarga contendo mercúrio, bem como dos apoios de betão de Baixa e Média Tensão, inutilizados ou retirados da rede de distribuição. Iniciou-se um programa para o processo de recolha e eliminação programada desses resíduos.

Recursos Humanos

Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2000, o número de colaboradores colocados na EDP Distribuição era de 8 503. Destes, 162 encontravam-se requisitados pela Holding, 68 tinham suspenso o vínculo laboral com a EDP Distribuição por diversas razões e 60 estavam em exercício noutras empresas do Grupo. No número de efectivos total, 8 225, estão ainda considerados 4 administradores e 8 colaboradores pertencentes aos quadros da CPPE.

Neste exercício ocorreram 1 075 saídas e 266 entradas.

Evolução de Activos

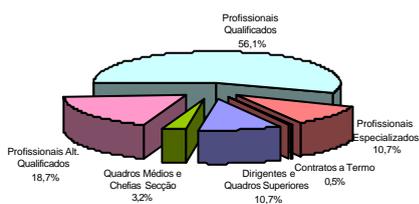
	31.12.1999	2000			31.12.2000	Varição
	9	Entradas	Saídas	Saldo	0	(%)
Quadro Activo	8 981	161	956	-795	8 186	-8,9
Contratados a Termo	53	105	119	-14	39	-26,4
Total	9 034	266	1 075	-809	8 225	-9,0

No final de 2000, prestavam serviço efectivo na EDP Distribuição 8 225 trabalhadores, dos quais 8 186 pertenciam ao quadro permanente e 39 eram contratados a termo. A sua distribuição por categoria profissional pode ser observada no quadro seguinte.

Efectivos por categoria profissional

	2000
Dirigentes	99
Quadros Superiores	783
Quadros Médios	52
Chefias Secção	214
Profissionais Alt. Qualificados	1 542
Profissionais Qualificados	4 614
Profissionais Especializados	882
Contratos a Termo	39
TOTAL	8 225

Estrutura em 2000

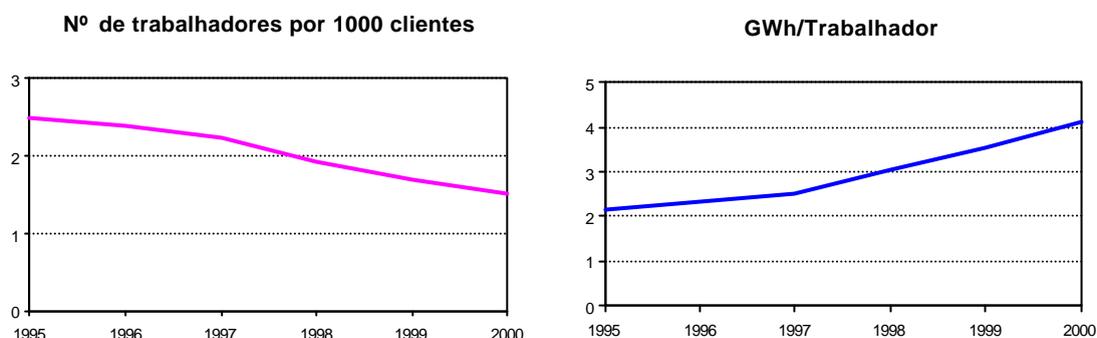


Em 2000, a EDP Distribuição prosseguiu a sua estratégia de adequação dos Recursos Humanos às necessidades da sua actividade, através da formação profissional e do rejuvenescimento dos seus quadros.

Um dos indicadores utilizados para medição da produtividade na Distribuição é o número de trabalhadores por mil clientes. Este indicador tem evoluído

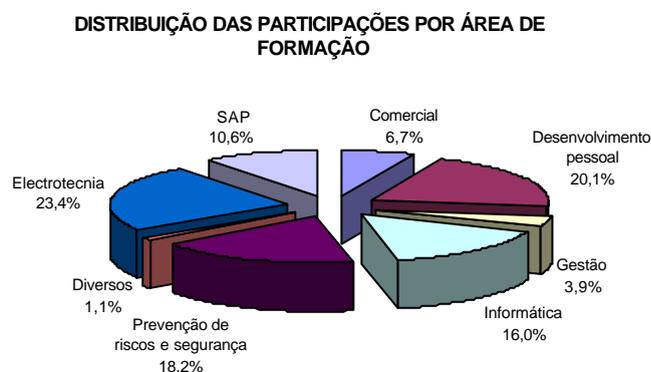
positivamente e apresentava em 31 de Dezembro de 2000 o valor de 1,52 trabalhadores por mil clientes.

Também a energia fornecida por trabalhador tem apresentado uma evolução bastante positiva, quase duplicando no quinquénio, com um valor superior a 4 GWh em 2000.



Formação Profissional

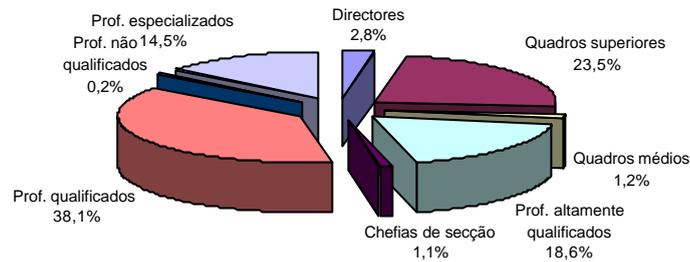
Realizaram-se 421 acções de formação profissional interna, com um total de 4 318 participações, obtendo-se assim uma taxa de participação de 52%.



Em Electrotecnia destaca-se a participação de 36 colaboradores, essencialmente quadros superiores e chefias de departamento, em acções de formação realizadas em parceria entre a LABLEC e o INTERG (Instituto da Energia).

A taxa de ocupação em formação, interna e externa, foi de 0,7%. Os principais destinatários da actividade formativa foram os colaboradores Qualificados e os Quadros Superiores com 38,1% e 23,5% das participações, respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES POR ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL



Prevenção e Segurança

Continuou a ser dada prioridade à sensibilização em segurança como meio de alterar atitudes e comportamentos que levem à redução da sinistralidade na Empresa e a atingir as metas de qualidade de serviço por todos pretendida.

Registaram-se 124 acidentes de trabalho com baixa, sem acidentes mortais.

Os valores dos índices de frequência e de incidência representaram em 2000, respectivamente, 9,1% e 14,0%. O índice de gravidade registado é de 0,7%.

Registou-se um elevado número de acidentes de origem eléctrica (23), que correspondem a 18,5% do total de acidentes. Esta é uma área que nos merece a maior atenção, em particular pela gravidade que, em geral, estes acidentes assumem.

Evolução Económica e Financeira

Balanço

A evolução da situação patrimonial foi a seguinte:

<i>(milhares de contos)</i>			
	1999	2000	Variação
ACTIVO			
Imobilizado Líquido	852 832,0	851 310,4	-0,2%
Circulante	147 989,0	107 992,2	-27,0%
Acréscimos e Diferimentos	17 916,4	17 276,9	-3,6%
TOTAL	1 018 737,4	976 579,5	-4,1%
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO	514 118,5	463 884,1	-9,8%
PASSIVO	504 618,9	512 695,4	1,6%
A médio e longo prazo	135 795,4	112 197,4	-17,3%
A curto prazo	154 712,8	154 868,5	0,1%
Acréscimos e Diferimentos	214 110,7	245 629,5	14,7%
TOTAL	1 018 737,4	976 579,5	-4,1%

A redução de 27% do Activo Circulante resultou do encontro de contas efectuado no início de 2000, com a Holding, referente essencialmente à alienação ocorrida em Dezembro de 1999 das participações financeiras e relevada em Devedores Diversos.

A redução do Passivo a Médio e Longo Prazo (MLP) em 17,3% reflecte, sobretudo, o seguinte:

- diminuição dos Empréstimos da EDP Distribuição à Holding em 26,4 milhões de contos,
- variação líquida de provisões para Riscos e Encargos, essencialmente para Actos Médicos, em 4 milhões de contos.

O aumento dos Acréscimos e Diferimentos do Passivo em 14,7% resulta, essencialmente, da contabilização do efeito das correcções tarifárias relativas a 1999 e 2000.

A Empresa apresenta uma adequada solidez financeira, avaliada pelo rácio de solvabilidade total, o qual, em Dezembro de 1999 e 2000, ascende a 2,02 e 1,90 respectivamente.

Custos e Proveitos

A evolução dos custos e proveitos, na óptica do valor acrescentado, foi a seguinte:

	<i>(milhares de contos)</i>		
	1999	2000	Varição
Vendas de electricidade	589 919,3	603 432,5	2,3%
Outras vendas e prestações de serviços	4 832,9	3 674,7	-23,9%
Trabalhos para a própria empresa (a)	26 713,8	27 413,4	2,6%
Produtos e trabalhos em curso	0,0	- 3 638,8	-
Outras receitas correntes	914,3	6 624,7	624,6%
Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado (+)	622 380,3	637 506,5	2,4%
Compras de electricidade	353 341,3	373 205,3	5,6%
Consumo de materiais diversos	19 839,2	19 747,5	-0,5%
Fornecimentos e serviços externos	33 052,7	37 867,9	14,6%
Impostos Indirectos	263,6	247,4	-6,1%
Consumos Intermediários (-)	406 496,8	431 068,1	6,0%
Valor Acrescentado Bruto (=)	215 883,5	206 438,4	-4,4%
Despesas com o pessoal	(-) 66 899,2	67 838,9	1,4%
Outros encargos de exploração	(-) 25 396,9	26 043,8	2,5%
Outros proveitos de exploração	(+) 1 830,3	1 460,5	-20,2%
Excedente Bruto de Exploração (=)	125 417,7	114 016,2	-9,1%
Despesas financeiras	(-) 5 045,6	4 775,9	-5,3%
Receitas financeiras	(+) 3 087,1	2 642,6	-14,3%
Imputação de despesas financeiras a TPE	(+) 605,6	644,6	6,4%
Resultados extraordinários (b)	(+) 6 016,9	3 931,5	-34,7%
Estimativa de IRC	(-) 25 790,0	23 455,5	-9,1%
Meios Libertos Líquidos (Cash-Flow) (=)	104 291,7	93 003,5	-10,8%
Amortizações (líquidas)	(-) 61 699,1	62 942,5	2,0%
Provisões (líquidas)	(-) - 9 745,1	- 820,3	91,5%
Resultado Líquido (=)	52 337,7	30 881,3	-41,0%

(a) Sem encargos financeiros imputados a investimento.

(b) Expurgados das regularizações de amortizações e provisões, não consideradas nos resultados operacionais.

Como se pode observar, os Proveitos Inerentes ao Valor Acrescentado apresentam uma variação positiva de 2,4%, enquanto que os consumos intermédios cresceram 6%, evolução esta explicada pela redução da margem bruta e pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos.

O acréscimo dos fornecimentos e serviços externos deve-se, essencialmente, ao aumento da subcontratação de serviços, devido às condições climáticas especialmente adversas verificadas no final do ano.

No seu conjunto, as variáveis pessoal, fornecimentos e serviços externos, amortizações e função financeira representaram, em 2000, cerca de 27,5% do

valor global das vendas e prestações de serviços, contra 26,9% em 1999, não permitindo assim, compensar, nos resultados correntes, o já referido acréscimo significativo dos consumos intermédios.

Em termos de meios libertos líquidos, o Cash-Flow atingiu no exercício o montante de cerca de 93 003,5 milhares de contos, menos 10,8% do que o alcançado em 1999.

Resultados

As contas da EDP Distribuição–Energia apresentam um resultado líquido de 30 881,3 milhares de contos, verificando-se uma diminuição de 21 456,4 milhares de contos em relação ao conjunto das quatro ex-Empresas de Distribuição, em 1999, ou seja, um decréscimo de 41%.

O principal contributo está na evolução desfavorável de 24% dos Resultados Operacionais relativamente ao ano anterior, correspondente a 13 846,5 milhares de contos, devido essencialmente à redução da margem bruta.

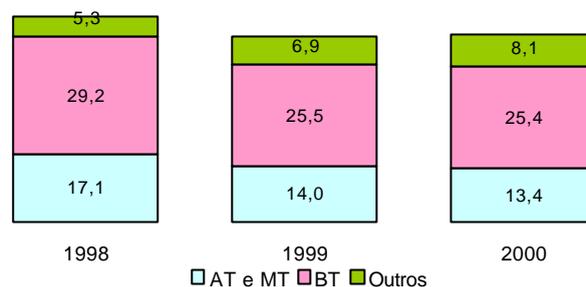
Para além da diminuição dos Resultados Financeiros em 10%, também os Resultados Extraordinários evoluíram negativamente em 43,9% face ao ano anterior, contribuindo com uma diminuição de 9 808, 5 milhares de contos nos Resultados Correntes.

Na generalidade os indicadores, apesar da evolução desfavorável de alguns deles, revelam uma sólida situação económica e financeira da EDP Distribuição.

Investimento

A evolução do investimento a custos técnicos pode ser observada no gráfico seguinte:

INVESTIMENTO A CUSTOS TÉCNICOS
(milhões de contos)



O investimento efectuado mantém a estrutura e as características do ano anterior, respeitando essencialmente a trabalhos de ligação de novos clientes, de construção e ampliação de instalações para satisfazer o natural aumento dos consumos e, ainda, de melhoria de qualidade de serviço.

O crescimento da rubrica “Outros” é justificado pelo aumento do investimento em Comando e Controlo da Rede de Distribuição.

O esforço de investimento foi integralmente suportado por meios financeiros internos, já que, para além de não se ter recorrido a novos financiamentos, foi ainda possível reduzir substancialmente a dívida de financiamento da EDP Distribuição à Holding.

Conforme se apresenta no quadro seguinte, durante o exercício de 2000 o investimento atingiu, a custos totais, 47 552,7 milhares de contos, incluindo 644,6 milhares de contos de encargos financeiros intercalares.

(milhares de contos)

Actividades	Custos técnicos	Encargos financeiros	Total
AT e MT	13 425,3	300,7	13 726,0
BT	25 373,4	160,7	25 534,1
Outros	8 109,4	183,2	8 292,6
TOTAL	46 908,1	644,6	47 552,7

O investimento a custos técnicos, no valor de 46 908,1 milhares de contos, foi superior ao realizado no ano anterior em 1,4%.

O investimento foi participado, quer por clientes quer por Fundos Comunitários, no montante de 14 670,7 milhares de contos, o que representa 34% do investimento específico a custos técnicos e 31,3% do investimento total, também a custos técnicos.

Haverá ainda a considerar cerca de 10 583 milhares de contos de imobilizado participado recebido directamente de clientes, urbanizadores e autarquias.

Os meios libertos líquidos, gerados em 2000, atingiram o valor de 93 004 milhares de contos. A capacidade de autofinanciamento, avaliada pela relação Meios Libertos / Investimento Realizado, é de 1,98 sem contar com os meios ao dispor da Empresa com origem em subsídios ao investimento.

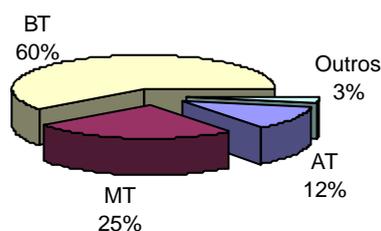
Conservação

Os custos totais de conservação relativos ao exercício de 2000 foram de 28,9 milhões de contos, correspondendo cerca de 60% a redes de BT.

Conservação

(mil contos)	2000
AT	3 431
MT	7 242
BT	17 457
Outros	765
Total	28 894

Estrutura



Considerando o imobilizado específico, os custos de manutenção (a custos totais) foram, em 2000, de 5,3 contos por cliente e de 0,8 contos por MWh.

Financiamento

A centralização do serviço da dívida melhorou o desempenho da função financeira, cabendo à Holding proceder, junto de cada empresa nuclear do Grupo, à cobrança das correspondentes amortizações e dos encargos financeiros associados.

A evolução da dívida da EDP Distribuição, integralmente constituída pelos débitos à Holding, é mostrada no quadro seguinte.

(milhares de contos)

Dívida	Saldo Inicial		Saldo Final	
Médio e longo prazo	79 180	75,0%	52 787	66,7%
Curto prazo	26 394	25,0%	26 394	33,8%
TOTAL	105 574	100,0%	79 181	100,0%

Durante 2000 verificou-se uma redução da dívida global de cerca de 26 394 milhares de contos, cumprindo-se, assim, o plano de amortizações previsto.

Os encargos da dívida totalizaram 3 989 milhares de contos, verificando-se uma redução de 12% relativamente ao ano anterior. A taxa de juro continuou a tendência crescente do último trimestre de 1999, atingindo 5,06% no final deste ano, face aos 3,49% em igual período de 1999.

No final do exercício de 2000 as disponibilidades em Caixa, Bancos e na Holding evidenciaram uma diminuição de 73,5% face ao ano anterior.

Apesar da redução dos pagamentos em 4,5%, face à variação de -3,6% dos recebimentos relativamente ao ano anterior, as despesas superaram as receitas em cerca de 1,9%.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia a forte aplicação dos fluxos em actividades de investimento e de financiamento ocorrida durante o exercício.

Todos os compromissos da Empresa para com o Accionista e o Estado encontram-se satisfeitos.

Não obstante o saldo negativo em final de ano, a conta-corrente de curto prazo com a Holding gerou um proveito de 109,2 milhares de contos, juros calculados ao dia, o que confere àquele saldo um carácter sazonal ao longo do mês. Englobando os descontos de pronto pagamento a fornecedores, com valores inferiores aos de

1999 em 3,4%, a gestão de tesouraria de curto prazo gerou um proveito financeiro de cerca de 448,8 milhares de contos.

Os fluxos de tesouraria em 2000 (monetários e escriturais) resumem-se no quadro seguinte:

<i>(milhares de contos)</i>	
Saldo em 1.1.2000	- 17 001
Recebimentos	647 977
Pagamentos	660 480
Saldo em 31.12.2000	- 29 504

Principais Indicadores

Para análise, quer da rendibilidade, quer da estrutura financeira da EDP Distribuição, utilizou-se o conjunto de indicadores do quadro seguinte.

<i>(milhares de contos)</i>		
INDICADORES	1999	2000
Rendibilidade dos Capitais Próprios		
Resultado Líquido / Capital Próprio (%)	10,18	6,66
Rendibilidade Económica		
Resultado Operacional / Activo Total (%)	5,60	4,43
Rendibilidade das vendas		
Resultado Líquido / Vendas em (%)	8,80	5,08
Rotação do Activo Total		
Vendas/Activo em (%)	58,38	62,16
Autonomia Financeira		
Capital Próprio / Activo Total (%)	50,47	47,50
Liquidez Geral		
Activo Circulante (*)/ Passivo de Curto Prazo (%)	85,47	58,99
Estrutura Financeira		
Capital Próprio / Passivo de Médio e Longo Prazo	3,79	4,13
Capacidade de Autofinanciamento		
Cash Flow / Investimento a Custos Técnicos	2,25	1,98
Cobertura do Imobilizado		
Capitais Permanentes / Activo Imobilizado (%)	76,21	67,67
Solvabilidade Total		
Activo / Passivo	1,81	1,90
Prazo Médio de Recebimentos (meses)	0,86	0,90
Taxa de Cobertura das Existências		
Existências/Consumos x12	1,07	1,71
VAB por trabalhador (milhares de contos)		
VAB/Nº médio de efectivos	22,78	23,47
Vendas por trabalhador (milhares de contos)		
Vendas/Nº médio de efectivos	62,75	69,04

(*) Deduzidos dos Créditos de MLP

Em consequência da variação desfavorável dos Resultados Operacionais e Líquidos, os indicadores de rentabilidade apresentam uma diminuição face ao ano anterior. Assim, a rentabilidade económica passa de 5,60% para 4,43% e as rentabilidades dos capitais próprios e das vendas evoluem de 10,18% para 6,66% e de 8,80% para 5,08%, respectivamente, pelo efeito que os resultados extraordinários exercem sobre o resultado líquido.

A rotação do activo total apresenta uma melhoria, passando de 58,38% para 62,16%, enquanto que a capacidade de autofinanciamento regista uma diminuição ao passar de 2,25 para 1,98 de 1999 para 2000.

No que respeita à estrutura financeira, e apesar da redução da autonomia financeira com 47,5% em 2000 contra 50,5% em 1999, a estrutura financeira apresenta uma melhoria passando de 3,79 em 1999 para 4,13 em 2000.

Os indicadores de produtividade do factor trabalho apresentam, por seu lado, evoluções favoráveis; as vendas por trabalhador atingem os 69,04 milhares de contos, contra 62,75 em 1999, enquanto que o VAB por trabalhador passa de 22,78 para 23,47 milhares de contos.

Considerações Finais

Perspectivas para 2001

Para além de ser o ano da consolidação da estrutura organizativa da Empresa, o ano de 2001 vai ser um ano muito importante em termos de implementação de políticas de qualidade de serviço, em cumprimento do Regulamento de Qualidade de Serviço, no primeiro ano da sua aplicação.

O primeiro período de regulação (1999-2001) chega ao fim, iniciando-se o processo de preparação do novo período. Este virá a ser de enorme importância para a EDP Distribuição – Energia, uma vez que, por um lado, serão fixados pela ERSE novos valores dos parâmetros tarifários a vigorar para os próximos anos e, por outro, deverá vir a ser feita uma revisão dos regulamentos publicados por aquela entidade, onde será repercutida a experiência da sua aplicação nos últimos três anos. Assim, a Empresa deverá estar preparada para a apresentação de propostas sobre estes temas.

A abertura do mercado e a transferência de alguns clientes para o Sistema não Vinculado deverá ser acompanhada de um sustentado crescimento dos consumos. O ligeiro acréscimo tarifário para 2001 (1,2%), face aos recentes aumentos dos preços de aquisição de electricidade à REN em consequência do acréscimo nos preços dos combustíveis, terá de ser acompanhado por um grande esforço de melhoria de eficiência, com vista à contenção dos custos.

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 27º dos Estatutos da EDP Distribuição – Energia, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 2000, no valor de 30 881 349 280\$00, tenha a seguinte repartição:

Para Reserva legal	1 544 070 000\$00
Para Dividendos	26 000 000 000\$00
Para Resultados Transitados	3 337 279 280\$00
	<hr/>
	30 881 349 280\$00

Nota Final

O Conselho de Administração agradece a todos os trabalhadores da Empresa, que, com grande esforço de adaptação à nova estrutura organizativa, permitiram que a nova Empresa funcionasse como um todo, logo neste primeiro ano de exercício.

O Conselho agradece a colaboração das Entidades da Administração Pública com quem a Empresa se relaciona.

O Conselho agradece a colaboração e o apoio que o Conselho de Administração da Holding do Grupo EDP sempre disponibilizou.

O Conselho manifesta particular apreço ao Revisor Oficial de Contas pela inteira disponibilidade demonstrada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2001

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

João José Gomes de Aguiar

António Eduardo da Silva Oliva

José Alberto Marcos da Silva

José Celestino de Oliveira Rocha

Anexos

Anexo ao Relatório de Gestão

Demonstrações Financeiras

Balanço em 31 de Dezembro de 2000

Demonstração dos Resultados do Exercício de 2000

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

Demonstração dos Resultados por Funções

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Documentos de Apreciação e Certificação

Certificação Legal de Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Parecer do Auditor ao Conselho de Administração

Extracto da Acta da Assembleia Geral de Accionistas

Anexo Estatístico

Principais Elementos Estatísticos

Balanço de Energia Eléctrica

Número de Clientes e Energia Fornecida Directamente ao Consumidor
Final (SEP)

Resumo das Instalações e Equipamentos em Serviço em 31/12/2000

Resumo das Instalações e Equipamentos Concluídos em 31/12/2000

Anexo ao Relatório de Gestão

1) Artº 447º, Nº 5, do Código das Sociedades Comerciais

Participações que os membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade detêm na EDP – Electricidade de Portugal, S.A., Holding do Grupo no qual se integra a EDP Distribuição-Energia, S.A.:

	Acções				Saldo em 31-12-2000 Nº
	Data	Preço em euros	Aquisição Nº	Alienação Nº	
Membros do CA					
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães	24-Out-00	5 915	2 120		6 990
	24-Out-00	1 911	650		
Cônjuge: Emília M. Pimentel Morgado	24-Out-00	1 911	650		1 895
João José Gomes de Aguiar	2000	5 236	1 870		6 585
	2000	1 294	440		
Cônjuge: Maria de Fátima B.M. de Aguiar	2000	1 294	440		1 955
António Eduardo da Silva Oliva					1 170
José Alberto Marcos da Silva	2000	7 855	2 780		6 790
Cônjuge: Maria Albertina N.M. Marcos da Silva	2000	1 921	650		1 975
Filho menor: José Filipe M. Marcos da Silva					510
José Celestino de Oliveira Rocha	2000	14 288	4 305		5 990
Cônjuge: Maria Cardoso Roldão					510

2) Artº 448º, Nº 4, do Código das Sociedades Comerciais

Accionistas que, em 31 de Dezembro de 2000, eram titulares do capital da EDP Distribuição-Energia, S.A.:

EDP – Electricidade de Portugal, S.A., com sede na Avenida José Malhoa, lote A-13, Lisboa: 100% do capital social.

Durante o ano de 2000, concretizou-se o processo de fusão das empresas de distribuição do Grupo EDP

EN – Electricidade do Norte, S.A.

CENEL – Electricidade do Centro, S.A.

LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

SLE – Electricidade do Sul, S.A.

com a constituição da EDP Distribuição-Energia, S.A., empresa que passou a assegurar a actividade de distribuição de electricidade.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2001

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães

João José Gomes de Aguiar

António Eduardo da Silva Oliva

José Alberto Marcos da Silva

José Celestino de Oliveira Rocha

BALANÇO de Dezembro de 2000

Unidade: Escudo

ACTIVO		Exercícios		
Notas		2000		1999
		Activo bruto	Amort./Provis.	Activo líquido
	IMOBILIZADO:			
10	Imobilizações Incorpóreas	26.378.272	25.018.666	1.359.606
03.a/10/14	Imobilizações corpóreas:			
	Imobilizações corpóreas (DL 344-B/82)	50.471.241.372	46.011.370.075	4.459.871.297
	Terrenos e recursos naturais	7.043.421.702		7.043.421.702
	Edifícios e outras construções	33.120.616.612	13.556.010.066	19.564.606.546
	Equipamento básico	1.751.731.570.557	957.711.750.421	794.019.820.136
	Equipamento de transporte	10.320.882.598	7.027.810.399	3.293.072.199
	Ferramentas e utensílios	1.770.097.938	1.630.809.567	139.288.371
	Equipamento administrativo	13.677.322.983	10.408.866.251	3.268.456.732
	Diferenças de câmbio	2.079.941.332	528.692.121	1.551.249.211
	Outras Imobilizações Corpóreas	483.856.699	270.498.964	213.357.735
	Imobilizações em curso	15.482.362.097		15.482.362.097
	Adiantamentos por conta de imob. corpóreas	332.693.775		332.693.775
		<u>1.886.540.385.937</u>	<u>1.037.170.826.530</u>	<u>849.369.559.407</u>
	Investimentos financeiros:			
	Investimento em imóveis	107.361.080	66.550.054	40.811.026
	CIRCULANTE:			
	Existências:			
03.b/41	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	2.979.444.451		2.979.444.451
	Produtos e trabalhos em curso	0		0
		<u>2.979.444.451</u>		<u>2.979.444.451</u>
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:			
23	Autarquias - Dívida de 31/12/88 s/ acordo	12.628.686.412	12.628.686.412	0
00.d/03.iii/10/	Autarquias - Dívida de 31/12/88 c/ acordo	26.380.772.378	11.276.685.642	15.104.086.736
/14	Imobilizados em integração compensados	2.670.114.927	1.594.745.729	1.075.369.198
	Outros devedores	455.683.315		455.683.315
		<u>42.135.257.032</u>	<u>25.500.117.783</u>	<u>16.635.139.249</u>
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:			
	Autarquias - Dívida de 31/12/88	574.773.299		574.773.299
	Clientes c/c	51.698.053.906		51.698.053.906
23	Clientes de cobrança duvidosa	24.718.207.264	20.389.223.952	4.328.983.312
	Estado e outros entes públicos	2.268.729.805		2.268.729.805
48.b	Outros devedores	30.302.224.441	779.063.980	29.523.160.461
		<u>109.561.988.715</u>	<u>21.168.287.932</u>	<u>88.393.700.783</u>
	Depósitos bancários e caixa:			
	Depósitos bancários	1.882.727.880		1.882.727.880
	Caixa	1.230.232		1.230.232
		<u>1.883.958.112</u>		<u>1.883.958.112</u>
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
48.a	Acréscimos de proventos	16.285.612.186		16.285.612.186
03.d	Custos diferidos	991.289.375		991.289.375
		<u>17.276.901.561</u>		<u>17.276.901.561</u>
10.b	Total das amortizações		<u>1.037.237.376.584</u>	
34	Total das provisões		<u>46.668.405.715</u>	
	Total do Activo	<u>2.060.485.296.888</u>	<u>1.083.905.782.299</u>	<u>976.579.514.589</u>
				<u>1.018.737.454.523</u>

O Técnico de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães - Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Roda

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

00 - INTRODUÇÃO

a) Objecto e detentores do Capital

A EDP Distribuição - Energia, S.A. resultou da fusão das anteriores Empresas de Distribuição de energia eléctrica EN – Electricidade do Norte, S.A., CENEL – Electricidade do Centro, S.A., LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. e SLE – Electricidade do Sul, S.A., em 1 de Janeiro de 2000, nos termos do Decreto-Lei nº 4/2000 de 29 de Janeiro, e tem por objecto a distribuição e venda de energia eléctrica nas áreas onde se encontra legalmente autorizada, sendo o seu Capital Social totalmente detido pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

b) Regime de preços de compra de energia eléctrica

As tarifas que vinham a ser aplicadas à aquisição de energia eléctrica, às empresas embebidas no âmbito da parcela livre, foram objecto de novo acordo tarifário celebrado em Dezembro de 2000, respectivamente entre a EDP Distribuição – Energia e cada uma das seguintes empresas: EDP Energia, S.A., HDN Energia do Norte, S.A. e HIDROCENEL Energia do Centro, S.A.. Assim, às compras de energia aplicam-se as seguintes condições:

- Centrais com potência aparente superior a 10MVA:

Valorização da potência e da energia eléctrica fornecidas por estas centrais pela indexação à tarifa de energia e potência (TEP) e ao preço, na fronteira, para agentes externos que actuam no mercado espanhol.

- Centrais com potência aparente inferior a 10 MVA:

Valorização da potência e da energia eléctrica fornecida por estas centrais sendo como base as fórmulas remuneratórias estabelecidas no Decreto-Lei 168/99 de 18 de Maio

As condições de aquisição de energia eléctrica a produtores em regime especial são reguladas pelos Decretos-Lei nºs. 189/88 de 27 de Maio, 186/95 de 27 de Julho e 313/95 de 24 de Novembro.

c) Regime de preços de venda da energia eléctrica

Os preços de venda da energia eléctrica (tarifas) foram fixados por Despacho nº. 24743-A/99 da Entidade Reguladora do Sector Eléctrico, publicado no Diário da República nº. 290/99 (II Série – 2º Suplemento), de 15 de Dezembro de 1999.

d) Regime de concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

De acordo com o estabelecido em legislação específica (Decreto-Lei nº. 344-B/82), o direito de distribuir energia eléctrica em baixa tensão está atribuído aos Municípios. A empresa, no entanto, procede à distribuição de energia eléctrica neste nível de tensão, com base em contratos de concessão estabelecidos com os Municípios da sua área de exploração.

Esta concessão tem como contrapartida o pagamento de uma renda aos Municípios concedentes (Nota 48.d).

Em conformidade com o diploma legal acima referido, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios próprios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade destes sem prejuízo da sua afectação à exploração da Empresa.

Na base desta disposição, a Empresa considera o valor de tais patrimónios nas contas de imobilizações corpóreas (Notas 03.a.iii e 10.a), sendo as mesmas compensadas por uma conta incluída no passivo a médio e longo prazo (Nota 03.a.iii).

e) Indicações gerais

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade.

As notas omitidas ou não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em milhares de escudos.

01 – PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos, modificada pela reavaliação das imobilizações corpóreas e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 – CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS

a) Imobilizações corpóreas

i) Imobilizações de propriedade da Empresa

As imobilizações corpóreas estão mostradas pelos valores que resultaram do processo de reestruturação da EDP em referência a 94/01/01 e ao custo de aquisição ou construção para os bens adquiridos posteriormente. As imobilizações incluem encargos financeiros capitalizados durante a fase de construção, resultantes de empréstimos contraídos para as financiar, como indicado nas alíneas e) e f) desta mesma nota.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, a taxas específicas segundo uma tabela aprovada nos termos do Artº. 39º. do Estatuto da EDP – EP, por despacho do Secretário de Estado da Energia e Indústrias de Base de 79/02/01 e do Secretário de Estado do Orçamento de 79/03/28, de forma a reintegrarem os activos durante a vida útil estimada para cada classe de imobilizações. Os encargos financeiros e os encargos de estrutura imputados às imobilizações são amortizados às mesmas taxas das classes de imobilizado que afectam.

Os imobilizados participados por terceiros são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes imobilizados da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela amortização das participações registadas em Acréscimos e diferimentos – Subsídios para investimento.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do exercício no ano em que ocorrem. As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são consideradas como custos diferidos e transferidos para custos do exercício num período máximo de 6 anos, conforme alínea d) desta mesma Nota e da Nota 48 a).

ii) Imobilizações em regime de locação financeira

As imobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidos no Balanço. Consequentemente, as amortizações destes bens e os juros incluídos nos valores das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam.

iii) Imobilizações afectas às concessões

Nos termos do Decreto-Lei nº 344-B/92, conforme alínea d) da Nota 00, a concessão da distribuição de energia eléctrica em baixa tensão não envolve a alienação dos patrimónios dos Municípios concedentes, os quais se conservarão na propriedade formal destes, sem prejuízo da sua afectação à exploração pela Empresa. Em conformidade com o precedente,

os imobilizados afectos à concessão são mostrados em Imobilizações corpóreas (Nota 10.a), com contrapartida no passivo a médio e longo prazo.

Os valores destes imobilizados estão mostrados pelos valores resultantes da sua avaliação à data do encontro de contas entre os Municípios e a EDP e das diversas reavaliações efectuadas ao abrigo de diplomas legais.

Os imobilizados afectos às concessões são amortizados na mesma base e às mesmas taxas a que são amortizadas as imobilizações próprias da Empresa, sendo o respectivo custo compensado em proveitos e ganhos extraordinários (Nota 46.c), pela redução, em igual montante, da responsabilidade para com os Municípios (registada em *Outros Devedores e Credores – Conta de regularização – Regime DL 344-B/82*).

b) Existências

Estão valorizadas ao custo de aquisição, sendo as saídas de armazém (consumos) valorizadas ao custo médio ponderado.

c) Dívidas a terceiros em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com fornecedores externos e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor nas datas das operações.

d) Custos diferidos

As despesas relacionadas com grandes reparações e benfeitorias são contabilizadas em *Acréscimos e diferimentos – Custos diferidos* e transferidas para resultados num período máximo de 6 anos (Nota 48.a).

e) Encargos Financeiros

Os encargos financeiros são repartidos entre os que são considerados como resultantes de empréstimos contraídos para financiar as imobilizações em curso, calculados pela aplicação de uma taxa de juro média sobre o valor médio dos investimentos em curso, e os considerados como resultantes de outros empréstimos. Os primeiros são imputados a *Imobilizações em curso* (Nota 11), sendo os outros contabilizados em *Resultados do exercício*.

A partir do Exercício de 1995, inclusivé, a taxa de juro média referida resulta apenas dos empréstimos contraídos no mercado interno, deixando a Empresa de assumir riscos cambiais.

f) Encargos de estrutura

Os encargos dos departamentos responsáveis pela realização dos projectos de investimento (Encargos directos internos – Nota 48.e) são imputados aos diversos empreendimentos em curso.

Os encargos gerais de estrutura da Empresa (incluindo os custos de gestão da Holding) são repartidos entre o investimento (Nota 48.e) e os resultados, em função de determinadas proporções, sendo a parte referente ao investimento posteriormente imputada aos diversos projectos em curso.

g) Pensões e encargos associados

A Empresa procede à contabilização dos custos resultantes de pensões e encargos associados de acordo com o disposto no International Accounting Standard, derogando deste modo e nesta medida o disposto na Directriz Contabilística nº 19 (Nota 31).

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social.

Para este efeito, o Grupo EDP constituiu um Fundo de Pensões autónomo comum a todas as Empresas do Grupo, para o qual foi transferida a totalidade das responsabilidades passadas existentes em 31/12/1999.

A Empresa continuará a dotar este Fundo com os recursos correspondentes às responsabilidades que se forem vencendo em cada exercício.

Os trabalhadores da Empresa têm a possibilidade de optar pela passagem à situação de reforma antecipada, quando se encontrem em determinadas condições de idade e antiguidade pré-definidas.

Os trabalhadores da Empresa ao passarem à situação de reforma mantém o direito à assistência médica em condições similares às do pessoal no activo.

06 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O Grupo EDP é tributado em sede de IRC pelo lucro consolidado, conforme autorização concedida pelo Ministro das Finanças, por um período de 5 anos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante o período de 6 anos. Não é previsível a ocorrência de qualquer responsabilidade adicional relativamente aos exercícios de 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000 que tenha um efeito significativo para as demonstrações financeiras.

A Empresa não reconheceu os efeitos, em imposto sobre o rendimento, das diferenças temporais entre activos e passivos apurados numa base fiscal e contabilística. Sendo que as diferenças mais significativas são as respeitantes às provisões não aceites para efeitos fiscais e à percentagem do acréscimo de amortizações decorrentes das reavaliações efectuadas, não foi possível quantificar quais os efeitos atribuíveis aos resultados transitados e aos do exercício.

07 – PESSOAL AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de pessoas ao serviço da Empresa durante o exercício foi de 8 794 (9 657 em 1999), não existindo assalariados.

10 – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

a) Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	26 378				26 378
Subtotal (1)	26 378				26 378
Imobilizações Corpóreas					
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	50 471 434			193	50 471 241
Subtotal (2.1)	50 471 434			193	50 471 241
Imobilizações próprias					
Terrenos e Recursos Naturais	7 042 511	118 388	117 477		7 043 422
Edifícios e Outras Construções	32 584 961	545 021	9 365		33 120 617
Equipamento Básico:	1 697 840 584	53 925 630	3 016	31 628	1 751 731 570
Equipamento Técnico Específico	1 696 492 674	53 902 206	3 016	31 628	1 750 360 236
Outro Equipamento Básico	1 347 910	23 424			1 371 334
Equipamento de Transporte	8 765 900	1 884 552	313 629	15 940	10 320 883
Ferramentas e Utensílios	1 721 870	48 330	102		1 770 098
Equipamento Administrativo	13 013 692	926 026	308	262 087	13 677 323
Diferenças de Câmbio	2 079 941				2 079 941
Outras Imobilizações Corpóreas	483 857				483 857
Subtotal (2.2)	1 763 533 316	57 447 947	443 897	309 655	1 820 227 711
Imobilizações em Curso	13 536 303	45 709 867		43 763 808	15 482 362
Adiantamentos por c/ Imob. Corpóreas	60 367	2 817 963		645 636	2 232 694
Subtotal (2.3)	13 596 670	48 527 830	0	44 409 444	17 715 056
Total (2)	1 827 601 420	105 975 777	443 897	44 719 292	1 888 414 008
Investimentos Financeiros					
Investimentos em Imóveis	107 361				107 361
Subtotal (3)	107 361				107 361
Total Geral (1) + (2) + (3)	1 827 735 159	105 975 777	443 897	44 719 292	1 888 547 747

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

b) Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	20 940	4 079		25 019
Subtotal (1)	20 940	4 079		25 019
Imobilizações Corpóreas				
Imobilizações do Regime do DL 344-B/82	44 999 310	1 012 253	-193	46 011 370
Subtotal (2.1)	44 999 310	1 012 253	-193	46 011 370
Imobilizações Próprias				
Edifícios e Outras Construções	12 846 430	710 076	-496	13 556 010
Equipamento Básico:	898 541 878	59 202 948	-33 076	957 711 751
Equipamento Técnico Específico	897 538 493	59 138 492	-33 076	956 643 910
Outro Equipamento Básico	1 003 385	64 455		1 067 841
Equipamento de Transporte	6 551 663	796 208	-320 061	7 027 810
Ferramentas e Utensílios	1 575 011	55 900	-102	1 630 810
Equipamento Administrativo	9 588 168	1 081 560	-260 862	10 408 866
Outras Imobilizações Corpóreas	253 742	16 757		270 499
Diferenças de Câmbio	459 688	69 004		528 692
Subtotal (2.2)	929 816 580	61 932 454	-614 596	991 134 438
Total (2)	974 815 890	62 944 707	-614 789	1 037 145 808
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Investimentos em Imóveis	66 352	198		66 550
Total (3)	66 352	198		66 550
TOTAL (1) + (2) + (3)	974 903 182	62 948 984	-614 789	1.037.237.377

c) Observações

- i) O *Equipamento Básico* inclui todos os equipamentos relacionados com a distribuição de energia eléctrica, conjuntamente com os respectivos terrenos, edifícios e instalações.
- ii) As imobilizações corpóreas do regime do DL 344-B/82 correspondem aos patrimónios afectos à distribuição de energia eléctrica em baixa tensão transferidos das Autarquias Locais em regime de concessão. Estes patrimónios que, embora explorados pela EDP Distribuição - Energia, continuam propriedade das Autarquias, totalizam em 31 de Dezembro de 2000:

Imobilizações regime DL 344-B/82	
Imobilizado	50 471 241
Amortizações	<u>46 011 370</u>
Valor líquido	<u>4 459 871</u>

11 – CAPITALIZAÇÃO DOS CUSTOS FINANCEIROS

De acordo com o critério contabilístico definido na Nota 03.e), foram capitalizados no exercício em *Imobilizações em Curso* juros de financiamento no montante de 644 597 contos – Nota 14.b).

	2000	1999
Edifícios e outras construções	7 528	10 771
Equipamento técnico específico	620 517	591700
Estudos e projectos	16 552	3 094
	<u>644 597</u>	<u>605 565</u>

12 – REAVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

As Imobilizações Corpóreas foram reavaliadas pela EDP ao abrigo dos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei nº 430/78	Decreto-Lei nº 171/85	Decreto-Lei nº 7/91
Decreto-Lei nº 219/82	Decreto-Lei nº 118-B/86	Decreto-Lei nº 49/91
Decreto-Lei nº 399-G/84	Decreto-Lei nº 111/88	Decreto-Lei nº 264/92

Em consequência da reestruturação da EDP e de forma a dar cumprimento aos aspectos de carácter legal relacionados com a neutralidade fiscal subjacente àquele acto, estas reavaliações relevam para efeitos fiscais, nomeadamente no que se refere ao cálculo das amortizações do exercício.

14 – OUTRAS INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS IMOBILIZAÇÕES

a) No que se refere à sua localização e afectação (valores líquidos):

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Afectas à Distribuição de Electricidade	813.286.125	799.167.941
Não Específicas	33.316.830	39.506.806
Implantadas em propriedade alheia	205.374	219.904
Reversíveis *	4.459.871	5.472.124
Total	851.268.200	844.366.775

* As immobilizações reversíveis correspondem aos patrimónios afectos à Distribuição de energia eléctrica em Baixa Tensão em regime de concessão, transferidos das Autarquias Locais.

b) No que respeita aos custos financeiros nelas capitalizados no exercício

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Juros de financiamento	644 597	605 566

15 – IMOBILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

Tal como está indicado na Nota 03.a) ii), as immobilizações corpóreas adquiridas através de contratos de locação financeira e incluídas no Balanço são:

Rubricas	Activo bruto	Amortizações	Activo líquido
Equipamento de transporte	131 374	51 528	79 846

É a seguinte a previsão dos pagamentos futuros:

Amortizações do capital em dívida	46 199
Encargos financeiros	2 752
IVA	8 463
	57 414

16 – CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS

A EDP Distribuição - Energia, S.A. é incluída na consolidação de contas da EDP – Electricidade de Portugal, S. A., com sede na Avenida José Malhoa, Lote A, 13, em Lisboa.

23 – DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Clientes		
Clientes de cobrança duvidosa	37 346 894	38 673 978
Outros devedores e credores		
Devedores e credores diversos – Devedores (Valor da provisão)	2 373 810	2 079 089

25 – DÍVIDAS DE E AO PESSOAL

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Valores a receber	98 036	56 080
Valores a pagar	52 568	4 506

28 – DÍVIDAS VENCIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A Empresa não tem dívidas em mora ao Estado e Outros Entes Públicos, incluindo à Segurança Social.

29 – DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço:

	2000		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do Grupo			
Empréstimos da Holding	79 180 742		79 180 742
Outros Credores		28 227 623	28 227 623
Cauções recebidas de Clientes		25 295 322	25 295 322
Outras cauções recebidas		2 932 301	2 932 301
Conta de regularização (DL 344-B/82)	4 459 871		4 459 871

	1999		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empresas do Grupo			
Empréstimos da Holding	105 574 323		105 574 323
Outros Credores		3 005 085	3 005 085
Cauções recebidas de Clientes		2 998 803	2 998 803
Outras cauções recebidas		6 282	6 282
Conta de regularização (DL 344-B/82)	4 028 745	1 443 379	5 472 124

31 – COMPROMISSOS FINANCEIROS

a) Compromissos contratuais

No final do exercício encontravam-se por satisfazer encomendas de materiais no montante de 1 965 782 contos e encomendas de serviços no montante de 5 306 624 contos.

b) Pensões e encargos associados

A responsabilidade actual projectada para a data prevista para a reforma é, em 31 de Dezembro de 2000, de 186 100 milhares de contos no que respeita a Complementos de Pensões de Reforma e Reformas Antecipadas e de 71 408 milhares de contos no que respeita a Actos Médicos, encontrando-se ambas as responsabilidades integralmente cobertas nos montantes exigidos nesta data pelos normativos aplicáveis, quer por activos do Fundo de Pensões, quer por Provisões constituídas na própria Empresa ou na Casa-Mãe.

No exercício foram reconhecidos os seguintes custos (em milhares de contos):

	Pensões	Actos Médicos
Custo dos serviços correntes	1 411	922
Custos dos juros	9 575	4 124
Retorno estimado dos activos do Fundo de Pensões	-9 116	-
Amortização do período inicial de transição	854	320
Amortização de ganhos e perdas actuariais	262	-

Pressupostos utilizados no estudo actuarial realizado no exercício de 2000:

- Taxa anual de desconto	6,50%
- Taxa anual de rendimento do Fundo de Pensões	7,50%
- Taxa anual de crescimento dos salários	3,50%
- Taxa anual de crescimento do total das pensões	2,50%
- Taxa anual de crescimento das pensões da Segurança Social	2,25%
- Taxa de inflação	2,00%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2000	5,00%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2001	7,50%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2002	7,40%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2003	7,30%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2004	7,20%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2005	7,10%
- Taxa anual de crescimento de custos com saúde em 2006 e seguintes	7,00%

32 – RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Garantias recebidas de clientes	25 295 322	29 800 203
Garantias recebidas de fornecedores	2 932 300	
Garantias prestadas a Empresas do Grupo	435 196	
Garantias prestadas a outras entidades	158 579	353 326

34 – MOVIMENTO DAS PROVISÕES

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Reclassificações	Saldo final
PARA COBRANÇAS DUVIDOSAS	51 515 752	2 476 684	7 324 030		46 668 406
Dívidas de clientes	49 436 663	2 068 362	7 210 429		44 294 596
Outros devedores	2 079 089	408 322	113 601		2 373 810
PARA RISCOS E ENCARGOS	48 837 487	5 933 378	1 906 385		52 864 480
Processos judiciais em curso	212 000	567 378			779 378
Actos médicos e subsídios morte	48 512 487	5 366 000	1 906 385		51 972 102
Revisão contrat.colectiva trabalho	113 000				113 000

36 – CAPITAL – NÚMERO DE ACÇÕES E VALOR NOMINAL

O Capital Social está representado por 204 900 000 acções escriturais nominativas de 1 000\$00 cada uma, encontrando-se totalmente subscrito e realizado.

37 – CAPITAL – DETENTORES

O Capital é detido a 100% pela EDP – Electricidade de Portugal, S.A..

40 – MOVIMENTOS DOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Capital	204 900 000			204 900 000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	1 169 405			1 169 405
Reservas	217 118 916	2 616 891		219 735 807
Reserva legal	12 224 262	2 616 891		14 841 153
Reservas livres	204 894 654			204 894 654
Resultados transitados	38 592 474	52 360 415	83 755 308	7 197 582
Resultado líquido do exercício	52 337 724	30 881 349	52 337 724	30 881 349
Total	514 118 518	85 858 656	136 093 032	463 884 142

- a) De acordo com a legislação em vigor, para *Reserva Legal* é obrigatória a dotação com um mínimo de 5% dos lucros. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento de capital.
- b) A Reserva livre incluída nos capitais próprios da Empresa representa o património líquido transferido no acto da reestruturação da EDP, não coberto pelo capital social. Na constituição da Empresa, a parte do património líquido não coberta pelo capital social ficou a constituir uma reserva considerada, apenas para este efeito, como equivalente a um “prémio de emissão”.
- c) O movimento no exercício da conta de *Resultados Transitados* foi o seguinte:

Saldo Inicial	38 592 474
Transferência do Resultado do exercício de 1999	52 337 724
Por aplicação em:	
Reserva Legal	2 616 891
Dividendos	78 700 000
Distribuição do Resultado aos Corpos Gerentes	44 100
Distribuição do Resultado aos Trabalhadores	2 394 317
Regularizações	-22 692
Saldo final	7 197 582

41 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E CONSUMIDAS

Movimentos	Electricidade	Materiais diversos	Total
Existências iniciais		2 236 684	2 236 684
Compras e produções internas	373 205 252	20 497 876	393 703 128
Produção interna de materiais		1 008	1 008
Regularização de existências		-8 596	-8 596
Existências finais		2 979 444	2 979 444
Custo do Exercício	373 205 252	19 747 528	392 952 779

43 – REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais foram as seguintes:

	2000	1999
Mesa da Assembleia Geral	2 310	940
Conselho de Administração	87 334	103 290
Fiscal Único	7 886	18 223
	97 530	122 453

As remunerações pagas em 2000 aos membros da Assembleia Geral incluem 1 063 contos relativos ao ano de 1999.

44 – VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Decomposição dos valores evidenciados na Demonstração de Resultados:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Vendas		
De Energia eléctrica – mercado interno		
Em Alta Tensão	31 285 050	31 429 959
Em Média Tensão	150 181 035	146 131 017
Em Baixa Tensão (>39,6 kVA)	49 357 675	46 896 822
Em Baixa Tensão	367 740 206	350 555 333
Em Baixa Tensão (Iluminação Pública)	16 094 515	14 906 195
Ajustamento tarifário	-11 226 000	-
	<hr/> 603 432 481	<hr/> 589 919 326
Outras – mercado interno		
Materiais diversos	441 862	755 071
	<hr/> (1) 603 874 343	<hr/> 590 674 397
Prestações de serviços – mercado interno		
De electricidade	1 433 047	1 139 104
De outros	2 958 009	1 780 592
	<hr/> (2) 4 391 055	<hr/> 2 919 697
	<hr/> (1) + (2) 608 265 398	<hr/> 593 594 094

45 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	Exercícios			Exercícios	
	<u>2000</u>	<u>1999</u>		<u>2000</u>	<u>1999</u>
Juros suportados	4 768 357	5 036 527	Juros obtidos	1 446 554	1 141 228
Diferenças de câmbio desfavoráveis	21	107	Rendimentos de imóveis	10 046	16 931
Amortização de investimentos em imóveis	198	2 147	Diferenças de câmbio favoráveis	636	10
Outros custos financeiros	7 376	6 809	Descontos de pronto pagamento obtidos	339 613	351 500
Resultados financeiros	<u>-1 488 704</u>	<u>-1 352 862</u>	Outros proveitos e ganhos financeiros	<u>1 490 399</u>	<u>2 183 059</u>
	<u>3 287 248</u>	<u>3 692 728</u>		<u>3 287 248</u>	<u>3 692 728</u>

a) A rubrica *Juros suportados* inclui os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Juros do financiamento obtido da Holding	3 988 994	4 532 653
Juros de gestão de tesouraria da Holding	513 572	500 433
	<u>4 502 566</u>	<u>5 033 086</u>

b) A rubrica *Juros obtidos* inclui, entre outros, os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Juros debitados a clientes MAT/AT/MT/BTE por atrasos de pagamento de facturação	821 965	247 001

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

c) A rubrica *Outros proveitos e ganhos financeiros* inclui os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Compensação por atrasos de pagamento de facturas BT	1 490 399	2 183 059

46 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	Exercícios			Exercícios	
	<u>2000</u>	<u>1999</u>		<u>2000</u>	<u>1999</u>
Donativos	7 487	6 987	Restituição de impostos	3	0
Dívidas incobráveis	3 325 184	3 297 375	Recuperação de dívidas	12 802	15 211
Perdas em existências	12 828	27 047	Ganhos em existências	4 234	12 659
Perdas em imobilizações	8 487	82 448	Ganhos em imobilizações	47 319	2 946 726
Multas e penalidades	889	522	Benefícios e penalidades contratuais	5 721	1 396
Provisão p/ processos judiciais	567 378	0	Reduções de amortizações e provisões	9 230 430	16 264 291
Correcções relativas a exercícios anteriores	525 003	228 224	Correcções relativas a exercícios anteriores	47 180	37 965
Outros custos e perdas extraordinárias	6 234 183	3 448 186	Outros proveitos e ganhos extraordinários	13 860 041	10 147 310
Resultados extraordinários	12 526 292	22 334 769			
Total	23 207 730	29 425 557	Total	23 207 730	29 425 557

a) A rubrica *Dívidas incobráveis* refere-se a Clientes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

b) A rubrica *Outros custos e perdas extraordinárias* inclui, entre outros, os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Insuficiência da estimativa para impostos	2 064 700	695 545
Indemnizações por despedimento	3 204 181	1 753 019
	<hr/>	<hr/>
	5 268 881	2 448 564

c) A rubrica *Outros proveitos e ganhos extraordinários* inclui, entre outros, os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Compensação de amortizações de imobilizações participadas (Nota 03.a. i.)	10 992 564	8 602 446
Compensação de amortizações de imobilizações corpóreas em regime de concessão (Nota 03. a. iii)	1 012 253	1 132 673
	<hr/>	<hr/>
	12 004 817	9 735 119

48 – OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Acréscimos de proveitos		
Energia em contadores (estimativa)	16 268 082	16 499 932
Outros acréscimos de proveitos	17 530	232 582
	<hr/>	<hr/>
	16 285 612	16 732 514

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Custos diferidos		
Reparações e beneficiações do imobilizado (Nota 03. d)	65 715	145 935
Encargos de concessões (Nota 03. d)	611 765	658 824
Encargos com levantamentos cartográficos das redes	166 061	367 590
Rendas e alugueres	77 129	8 078
Outros custos diferidos	70 620	3 499
	991 289	1 183 925

Os movimentos na rubrica *Reparações e beneficiações do imobilizado* foram os seguintes:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Saldo inicial	145 935	266 517
Aumentos	0	25 603
Transferências para Resultados	-80 220	-146 185
Saldo final	65 715	145 935

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Acréscimos de custos		
Férias e subsídio de férias	5 885 109	5 926 559
Compras e aquisições de serviços a empresas do Grupo	0	417 681
Mensualização de prémios para pensões	2 984 000	0
Mensualização do atendimento telefónico	30	0
Aquisição de energia eléctrica – mercado interno	3 469 157	0
Ajustamento tarifário	11 226 000	0
Outros acréscimos de custos	192 912	155 382
	23 757 208	6 499 622

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimento (Nota 03. a. i.)	221 872 251	207 611 029

b) Outros devedores e outros credores

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Outros devedores		
Adiantamentos ao pessoal e órgãos sociais	73 832	28 008
Outras operações com o pessoal	24 204	28 072
Operações diversas com Empresas do Grupo	24 246 683	75 771 606
Devedores p/ fornecimento de bens e prest. Serviços	0	311 263
Operações diversas com terceiros	9 083 303	3 055 244
	33 428 022	79 194 193
O valor indicado em <i>Operações diversas com Empresas do Grupo</i> inclui, entre outros, os pagamentos por conta de IRC, efectuados pela Holding	21 577 052	25 404 298
O valor indicado em Operações diversas com Empresa do Grupo inclui, entre outros, o saldo da c/c da ligação financeira com a Holding	0	9 180 127

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Outros credores		
Remunerações a pagar	44 589	4 506
Sindicatos	18 331	17 642
Operações diversas com Empresas do Grupo	28 362 690	31 335 556
Operações diversas com terceiros	10 023 596	21 928 166
	38 449 206	53 285 870

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
O valor indicado em <i>Operações diversas com Empresas do Grupo</i> inclui, entre outros, o saldo da c/c da ligação financeira com a Holding	26 249 145	24 491 795

c) Fornecedores

Decomposição dos valores indicados no Balanço em 31 de Dezembro:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Fornecedores c/c		
Empresas do Grupo	3 271 584	32 137 263
Outros	45 082 003	8 094 838
(1)	48 353 586	40 232 101
Fornecedores – Facturas em recepção e conferência		
Outros	11 145	19 501
(2)	11 145	19 501
Total (1) + (2)	48 364 731	40 251 602
Fornecedores de imobilizado c/c		
Empresas do Grupo	2 113 436	181 845
Outros	8 764 460	6 604 640
	10 877 896	6 786 485

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

d) Outros custos e perdas operacionais

Esta rubrica da Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro, inclui, entre outros, os seguintes valores:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Rendas e outros encargos de concessões (Nota 00. d)	25 841 033	25 030 959

e) Trabalhos para a própria Empresa

Decomposição dos saldos evidenciados na Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Imobilizações em curso		
Consumo de materiais	15 154 740	16 237 560
Encargos directos internos (Nota 03. f)	4 514 699	4 059 086
Encargos de estrutura (Nota 03. f)	7 731 585	6 385 691
Encargos financeiros e diferenças de câmbio	644 597	605 566
Outros	11 375	25 960
	<hr/>	<hr/>
	28 056 997	27 313 863
Produção interna de materiais	1 008	5 507
	<hr/>	<hr/>
	28 058 005	27 319 370

f) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro:

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Saldos devedores		
Imposto sobre o rendimento	1 326	359
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
- A recuperar	2 267 404	733 409
	<hr/>	<hr/>
	2 268 730	733 768

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S.A.

	<u>2000</u>	<u>1999</u>
Saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	23 455 522	25 789 490
Retenção de impostos sobre o rendimento	728 048	677 244
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)		
- A pagar	0	259 942
Restantes impostos	34 717	15 351
Contribuições para a Segurança Social	1 058 339	963 376
Outras tributações	367 697	259 812
	<hr/> 25 644 323	<hr/> 27 965 215

Os pagamentos de *IRC* por conta estão registados em *Outros devedores – Empresas do Grupo* (alínea c) desta Nota).

O Técnico de Contas
Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro
José Manuel Chorão

O Conselho de Administração
Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães- Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Rocha

EDP DISTRIBUIÇÃO - ENERGIA, S. A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

	2.000
Vendas e prestações de serviços	608.265.397.493
Custo das vendas	-373.205.251.865
Resultados brutos	235.060.145.628
Outros proveitos e ganhos operacionais	30.824.558.351
Custos de distribuição	-194.553.896.663
Custos administrativos	-18.529.927.857
Outros custos e perdas operacionais	-9.501.595.960
Resultados operacionais	43.299.283.499
Custo líquido de financiamento	-1.498.551.839
Ganhos em outros investimentos	9.847.819
Resultados correntes	41.810.579.479
Imposto sobre os resultados correntes	-18.048.315.053
Resultados correntes após impostos	23.762.264.426
Resultados extraordinários	12.526.292.014
Imposto sobre os resultados extraordinários	-5.407.207.160
Resultado líquido do exercício	30.881.349.280

O Técnico Oficial de Contas

Rui Guilherme Ferreira Lopes

O Director Financeiro

José Manuel Chorão

O Conselho de Administração

Jorge Fernando Alves Ferreira Guimarães- Presidente
João José Gomes de Aguiar
António Eduardo da Silva Oliva
José Alberto Marcos da Silva
José Celestino de Oliveira Roda

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA 2000

DESIGNAÇÃO	PARCIAIS	TOTAIS
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	681.887.999	
Pagamentos a fornecedores	-468.324.622	
Pagamentos ao pessoal	-62.588.681	
Fluxos gerados pelas operações	150.974.696	
Pagamento de IRC	-27.855.153	
Outros pag./receb. relativos às actividades operacionais	8.457.853	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	131.577.396	
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1.908.125	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-4.702.862	128.782.659
Fluxos das actividades operacionais (1)		128.782.659
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	38.833	
Subsídios de investimento	14.670.768	
Outros recebimentos das actividades de investimento	2.312.364	
TPE - Encargos financeiros capitalizados	644.597	17.666.561
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas		-49.082.143
Fluxos das actividades de investimento (2)		-31.415.582
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-26.393.581	
Juros e custos similares	-4.768.358	
Dividendos	-78.700.000	
Outros pagamentos das actividades de financiamento	-7.376	-109.869.314
Fluxos das actividades de financiamento (3)		-109.869.314
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-12.502.237
Outras disponibilidades:		
Varição do sistema financeiro interno	-10.937.477	
Efeito das diferenças de câmbio	615	
Varição de caixa e seus equivalentes	-1.565.376	-12.502.237

Anexo à Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2000	1999
Numerário	1.230	83.783
Depósitos bancários (saldos devedores)	1.882.728	1.111.976
Depósitos bancários (saldos credores)	-5.138.717	-2.885.142
Caixa e seus equivalentes	-3.254.759	-1.689.383
Efeito das diferenças de câmbio	615	-
Outras disponibilidades		
Sistema financeiro interno	-26.249.145	-15.311.668
	-29.503.289	-17.001.051